

# REVISTA DE SEGUROS

• CORRETORES APONTAM  
SEGUROS SOB MEDIDA PARA  
CADA TIPO DE NEGÓCIO

• DUAS NOVAS MODALIDADES  
DE TÍTULOS AJUDAM  
EXPANSÃO DE CAPITALIZAÇÃO

• ESCOLA PROMOVE  
TREINAMENTO DE BRASILEIROS  
EM LISBOA SOBRE INOVAÇÃO



## NOVOS FUNDAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DO MERCADO DE SEGUROS

ENTREVISTA EXCLUSIVA COM A SUPERINTENDENTE DA SUSEP, SOLANGE VIEIRA



CNseg



# VOCÊ MERECE UM LUGAR DE DESTAQUE NO MERCADO. **FAÇA MBA NA ENS!**

**MBA GESTÃO  
DE SEGUROS E  
RESSEGURO**

PRESENCIAL ONLINE

**MBA GESTÃO  
JURÍDICA DO  
SEGURO E  
RESSEGURO**

PRESENCIAL

**SUA PÓS EM  
1 ANO!**  
**MBA EXECUTIVO  
EM NEGÓCIOS  
DE SEGUROS**

PRESENCIAL ONLINE

**MBA GESTÃO  
DE RISCOS E  
SEGUROS**

PRESENCIAL

Inscrições Abertas!

[ENS.EDU.BR/MBAS](http://ENS.EDU.BR/MBAS)



Condições especiais para  
empresas conveniadas.



Dúvidas e informações:  
Rio de Janeiro - (21) 3380-1524 / 1531  
São Paulo - (11) 2739-1029 / 1059  
[posgraduacao@ens.edu.br](mailto:posgraduacao@ens.edu.br)



**6**

**ENTREVISTA**

À frente da Susep, Solange Vieira afirma que uma de suas prioridades é renovar e flexibilizar normas para que o setor possa acompanhar as mudanças tecnológicas em curso.



**12**

**EDUCAÇÃO**

Estudo do economista Ricardo Paes de Barros constata que jovens com mais anos de estudos têm impactos positivos na qualidade de vida, na saúde e na formação de novas famílias.

**16**

**LIBERDADE ECONÔMICA**

Medida Provisória aprovada na Câmara e no Senado, em agosto, promete dar fim à burocracia no País, gerar 3,7 milhões de empregos em até 15 anos e aumentar o PIB per capita em 7%.

**18**

**SANDBOX**

Projeto ajusta os requisitos regulatórios por um determinado período com objetivo de permitir que as empresas possam testar e avaliar serviços e produtos inovadores.



**30**

**PROFISSÕES DO FUTURO**

O profissional ideal deverá adaptar-se facilmente às mudanças do mercado, desempenhar muitas tarefas ao mesmo tempo e entender as transformações do mundo globalizado.

**22**

**DESEMPREGO**

Melhorias da renda e das contratações no mercado formal têm levado economistas a prever avanços na economia e geração de novas oportunidades de emprego para 2020.



**28**

**RECALL**

Portarias editadas pelo Governo objetivam alertar os brasileiros a atender chamados de substituição de produtos com defeito e preveem que a recusa conste na documentação dos veículos.

**36**

**ARGENTINA**

País vizinho respondeu por mais de 40% da queda nas exportações brasileiras de veículos, que somou US\$ 3 bilhões no primeiro trimestre, gerando perdas bilionárias para as montadoras.

**38**

**SEGURÓ RURAL**

MAPA anunciou novas regras para o Programa de Subvenção ao Seguro a partir de janeiro, incluindo a elevação do percentual de subvenção ao prêmio para culturas de inverno.

# EXPEDIENTE



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

## PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

## 1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

## VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e Marcelo Gonçalves Farinha

## VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Mário José Gonzaga Petrelli e Vinicius José de Almeida Albernaz

## DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

## DIRETORES

Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Carlos André Guerra Barreiros, Edson Luís Franco, Eduard Folch Rue, Francisco Alves de Souza, Gabriela Susana Ortiz de Rozas, João Francisco Silveira Borges da Costa, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deike Boguszewski, Luiz Fernando Butori Reis Santos, Miguel Gómez Bermúdez, Nilton Molina, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão e Pedro Pereira de Freitas

## REVISTA DE SEGUROS

Véículo de notícias de interesse do mercado segurador

## DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

## EDITORIA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTB 17.910-RJ

## EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Wagner Ricardo

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho, Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Solange Beatriz Palheiro Mendes e Vera Soares

## SECRETARIA DE REDAÇÃO

Cláudia Mara Alcon dos Santos

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

## REVISÃO

Interponto

## COLABORADORES

André Felipe Lima, Bianca Rocha, Carmen Nery, Chico Santos, Francisco Luiz Noel, Irany Tereza, Jorge Clapp, Letícia Nunes, Luciana Calaza, Maria Luisa Barros, Mario Moreira, Michel Alecrim e Suellen Napoleão

## FOTOGRAFIA

Aline Massuca , arquivo CNseg, banco de imagens Google e divulgação de empresas

## PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

## DIAGRAMAÇÃO

Tapioca Comunicação

## REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg  
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro  
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777  
[www.cnseg.org.br](http://www.cnseg.org.br)

E-mail: [revistadeseugros@cnseg.org.br](mailto:revistadeseugros@cnseg.org.br)

Escritório CNseg/Brasília

SCN/Quadral/Bloco C

Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

## GRÁFICA

Walprint

## DISTRIBUIÇÃO

Serviços Gerais/CNseg

## PERIODICIDADE

Trimestral

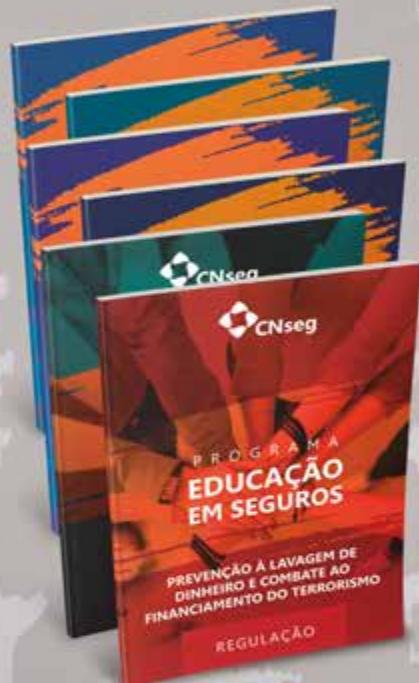
## CIRCULAÇÃO

Impresso: 1.500 exemplares

Digital: 4.000 destinatários

## DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Conheça os livretos do Programa de Educação em Seguros publicados pela Confederação Nacional das Seguradoras



UTILIZE O QR-CODE PARA VISITAR O SITE, LER E BAIXAR OS EXEMPLARES





## A NOVA ADMINISTRAÇÃO DA SUSEP: AS MUDANÇAS E SUA NATUREZA

**A** entrevista da nova superintendente da Susep, a economista e especialista em regulação de mercados Solange Paiva Vieira, mostra a vontade de mudanças estruturais, e não apenas tópicas, de ênfases, no cenário do mercado de seguros. Indo ao ponto, há um evidente alinhamento com o ideário do Ministério da Economia, liderado por Paulo Guedes.

É o que ela mostra com clareza meridiana em sua entrevista. Mais do que um depoimento, alinha um novo programa regulatório. Não tem papas na língua e desafia paradigmas, ao mesmo tempo em que advoga o diálogo, desde que em bases conceituais e técnicas convincentes. São propostas endereçadas aos segurados e em prol do desenvolvimento do setor, detalhadas na entrevista exclusiva concedida pela superintendente da Susep à Revista de Seguros.

Decidida a promover renovação das normas da autarquia – “nossa marco regulatório é das décadas de 60, 70” –, ela planeja regras que permitam ao setor segurador oferecer produtos mais customizados, mais tecnológicos, tornando mais flexível a contratação. Na sua gestão, estão ainda na mira mudanças na conclusão das liquidações extrajudiciais de seguradoras, no modelo do consórcio DPVAT, e o advento do sandbox após consulta ao mercado.

No exato momento da edição desta Revista, o Governo anunciou o que prometeu e

deverá enviar ao Congresso um projeto de lei fundindo numa só autarquia os seguros privados e os planos de pensão. E a especialista Solange Vieira é cogitada para dirigir essa mudança de paradigma regulatório.

O que importa para ela é a competição e o crescimento do mercado de seguros e previdência complementar em bases sólidas, modernas, e que devolvam o protagonismo da proteção securitária à iniciativa privada, desde que com o compromisso do atendimento eficiente ao consumidor, e preenchimento claro das falhas regulatórias. Simples assim!

O consumidor de seguros de hoje e de amanhã está presente em outras páginas desta edição da Revista de Seguros. Uma delas traz reportagem sobre sandbox no País, ação prioritária da Susep, e que também tem fundamento nas ações já em curso por autoridades reguladoras como o Banco Central (BC), a Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É projeto que flexibiliza os requisitos regulatórios por um período limitado para permitir que empresas testem serviços e produtos inovadores com um grupo de clientes e avaliem o quanto eles facilitarão – ou não – suas vidas.

Muitas variáveis precisam ser levadas em conta, porém, na marcha de incorporação de tecnologias e de sua efetividade, principalmente a educação. Sem melhorá-la, o País continu-

ará a conviver com consumidores envoltos na armadilha da renda média, a manter alta taxa de desemprego, elevada rotatividade da mão de obra e consumo de baixo tíquete na comparação ao resto do mundo.

Há muitos desafios e respostas nada fáceis na construção de um país mais equilibrado. A MP da Liberdade Econômica, outro tema dessa edição, poderá não só livrar o País dos excessos da burocracia, mas principalmente assegurar a criação de 3,7 milhões de empregos em até 15 anos, com aumento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil nesse período.

E, por fim, falamos de gestão de riscos. Nesse quesito, o mercado de seguros ocupa um lugar de destaque, por poder ampliar a resistência dos negócios, preservar patrimônios e amenizar as perdas diante dos muitos infortúnios, como mostra reportagem a partir da página (ver pág. 34). Ao falar de gerenciamento de riscos, um tema salta aos olhos: por que os consumidores brasileiros viram as costas para os recalls? Menos da metade dos chamamentos são atendidos, colocando o consumidor em riscos desnecessários. A Psicologia explica ou tenta explicar esse comportamento imprevedente do consumidor, capaz de provocar tragédias que podem ser evitadas.

Boa leitura!

# “O BRASIL É UM PAÍS AINDA INCIPIENTE NO SETOR DE SEGUROS”

Ao assumir o comando da Superintendência de Seguros Privados (Susep), no fim de março, a economista Solange Vieira já estava decidida a promover uma ampla renovação de normas na autarquia. “Nosso marco regulatório é das décadas de 60, 70. Queremos flexibilizar normas para que as seguradoras possam construir seguros menos padronizados e mais customizados”, afirma.

Solange é a primeira mulher à frente do órgão fiscalizador, que se prepara para uma nova fase, englobando também os fundos fechados de previdência, com a incorporação da Previc. O projeto de lei que prevê a fusão está na Casa Civil da Presidência da República e deve ser votado pelo Congresso até o fim do ano.

*“O mundo é cada vez mais tecnológico, as coisas mudam muito rapidamente, e as normas têm de acompanhar essa mudança, ter flexibilidade e ser adaptáveis à transformação.”*

Quando questionada sobre como imagina o mercado segurador daqui a três anos, a resposta vem rápida: “mais tecnológico, mais flexível na contratação e com todo mundo podendo contratar seus seguros pelo celular”. O sorriso largo e fácil não dá pistas sobre a austeridade e obstinação da executiva. Mas sua atuação em órgãos públicos não deixa dúvidas. Na Secretaria de Previdência, entre 1999 e 2000, criou o fator previdenciário, numa tentativa de frear o galopante déficit da Previdência. Em 2007, ao assumir a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em pleno caos aéreo, comprou briga com as gigantes do setor ao apontar a grande concentração do mercado como causa da crise. A seguir, os principais trechos da entrevista exclusiva que ela concedeu à Revista de Seguros.



*Quais as principais ações da Susep para promover uma expansão mais acentuada do mercado segurador e aumentar a qualidade dos serviços ao consumidor?*

Qualquer setor, para se desenvolver, precisa de alguns pontos básicos, e é importante destacar a flexibilidade de normas. O mundo é cada vez mais tecnológico, as coisas mudam muito rapidamente e as normas têm de acompanhar essa mudança, ter flexibilidade e ser adaptáveis à transformação. Para o consumidor, o foco está na queda de preços, com valores mais acessíveis para que ele procure o seguro, e a concorrência é um instrumento importante para isso. O regulador tem de estar sempre atento e rever normas para buscar mais concorrência. Além disso, a credibilidade no sistema é fundamental. Em algumas áreas, como previdência, a relação é de longo

**"Estamos fazendo um esforço grande para que os processos de aprovação sejam mais ágeis e procuramos aumentar a transparência de forma a elevar a credibilidade para o consumidor."**

prazo e é preciso ter credibilidade no sistema. Nos seguros de automóveis ou residenciais, as pessoas precisam acreditar que, se houver algum contratempo, o contrato será honrado e o sinistro, pago. Estabilidade jurídica é fundamental para qualquer negócio se desenvolver. Nossa foco é garantir mais flexibilidade, estabilidade jurídica, credibilidade do setor e aumento da concorrência, para gerar redução de preços e mais produtos para o consumidor.

*Como a Susep pode estimular a concorrência?*

Já houve medidas concretas. Na reestruturação do IRB, por exemplo, mudamos as normas de forma a garantir que seguradoras e resseguradoras sem controlador definido pudessem operar no mercado de seguros. Permitimos a diversificação do capital, com

**"Nosso marco regulatório é das décadas de 60, 70, e entendo que o mercado ainda é um pouco cartorial, todas as autorizações e registros ainda seguem um rito burocrático, pesado e prévio."**

**"À medida que ficam mais flexíveis, as normas passam a atender melhor o consumidor e possibilitam às seguradoras flexibilizar e construir seguros menos padronizados e mais customizados."**

o controle acionário pulverizado. Estamos permitindo normas de seguro sob demanda. Pretendemos, com o Sandbox (ver pág. 18), impulsionar o surgimento de novas empresas. Com isso, esperamos aumentar a concorrência. Estamos fazendo um esforço grande para que os processos de aprovação de produtos sejam mais ágeis e tentando aumentar a transparência de forma a elevar a credibilidade para o consumidor. Abrimos informações sobre a rentabilidade dos fundos de previdência privada aberta e esperamos, assim, que o consumidor possa fazer melhor suas escolhas. Isso também aumenta a concorrência.

*O mercado de seguros pode continuar avançando? Como aumentar o interesse dos brasileiros por proteção securitária?*

O Brasil é um país ainda incipiente no setor de seguros. No total de prêmios sobre o PIB, entre os países desenvolvidos, nossa posição é a 14<sup>a</sup>. No ranking geral de todos os países do mundo, somos o 41º. Mesmo se o PIB brasileiro não crescer, há espaço para aumentar a participação do setor de seguros. Estamos abaixo da África do Sul e do Chile, países com economias e níveis de desenvolvimento parecidos com o nosso. Ainda temos muito que evoluir. Nosso marco regulatório é antigo, o processo de autorização lento e temos pouca tecnologia disponível para nossos regulados e para o cidadão. Gostaria de dar mais agilidade a isso, para que as aprovações fossem automáticas. Estamos trabalhando fortemente para automatizar processos e reduzir prazos. Aqui na Susep, o prazo de julgamento de processos chega a demorar três anos e dois meses e queremos reduzir para seis meses – meta que esperamos alcançar até o fim do ano. Estamos revisando inclusive as normas de processos administrativos e gostaríamos também de disponibilizar o acompanhamento pelo site para todas as empresas e cidadãos.

*Podemos então esperar mudanças regulatórias imediatas?*

Sim. Já estamos fazendo mudanças regulatórias e colocamos em consulta pública a apólice eletrônica e o seguro intermitente. O segurado poderá contratar o seguro por uso. Essa é uma tentativa de acompanhar a evolução tecnológica. Porque, à medida que a contratação do seguro começa a ser feita por celular, o seguro pode ser acionado sob demanda.

*São mudanças promovidas de comum acordo com o setor?*

Sim. Temos discutido as mudanças com o setor e a maioria delas tem sido provocada pelo próprio mercado. À medida que ficam mais flexíveis, as normas passam a atender melhor o consumidor e possibilitam às seguradoras ofertar seguros menos padronizados e mais customizados. Outra questão que não tem impedimento legal, mas causa desconforto ao setor, é o uso de peças não originais em reparos de automóveis e vamos tratar do assunto em uma circular. Hoje, a prática do setor é a reposição de peças, quando há acidentes, com peças originais, o que torna o seguro muito mais caro. Vamos regulamentar isso e exigir que fique claro na apólice qual o tipo de peça que pode ser usada.

*Quando a mudança deve ocorrer e em quanto pode aumentar a procura pelo seguro de auto?*

Esperamos fazer isso nos próximos 30 dias (a carta circular da Susep que trata da autorização do uso de autopeças originais ou não foi publicada dia 22/08), o que vai estimular a concorrência. Há um mercado que tem se desenvolvido à margem do setor de seguros, por conta da dificuldade de preços para seguros de carros mais velhos. A exigência de uso de peças originais para reposição é um dos fatores que encarece o seguro. Apenas 30% ou 35% da frota de carros no País têm a cobertura de seguro, esperamos expandir em 10% com essa mudança. Como os contratos geralmente são anuais, devemos ter essa mudança já para o próximo ano.



*Qual sua opinião sobre os regimes especiais de intervenção, nomeação de diretor fiscal, liquidação e falência de seguradoras?*

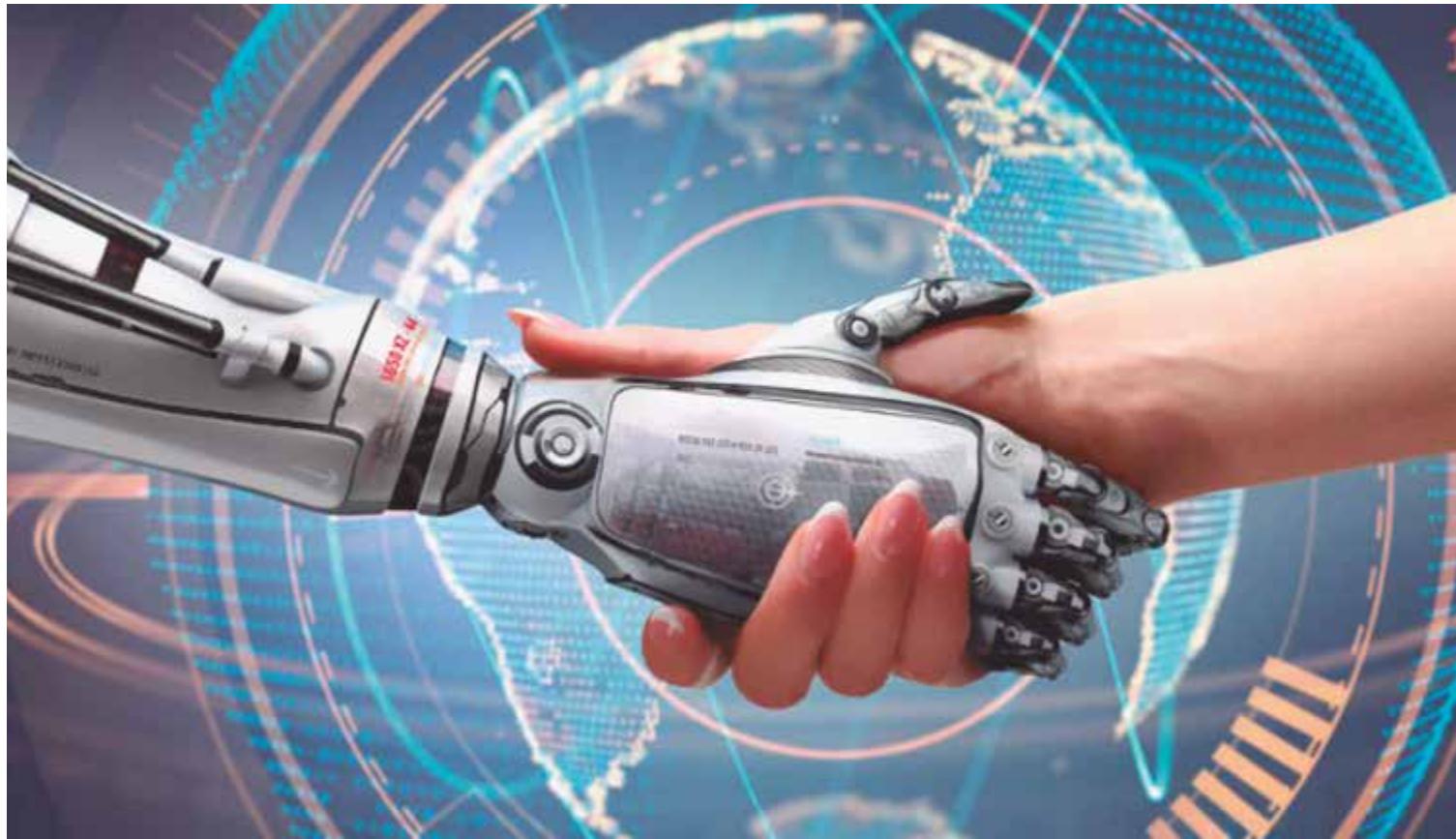
Particularmente, não gosto do regime especial. Acho que, historicamente, não funciona bem. A grande maioria das empresas que entra em regime especial não sai. E o processo é muito longo. O tempo médio de uma empresa em regime especial aqui é de 11 anos. E ao longo desse período normalmente temos uma perda de patrimônio significativa da empresa, não vemos recuperação. E o participante, que está na outra ponta, perde valor. Se o processo de liquidação e falência pudesse ser executado em tempo mais curto, certamente seria melhor para os segurados. O regime especial tem que ser revisto. Há, inclusive, o caso de liquidação da Urano, que é mais velho do que a Susep. Tem 53 anos e conseguimos finalizar. Estamos fazendo um esforço grande para encerrar o

**"A exigência de uso de peças originais para reposição é um dos fatores que encarecem o seguro. Apenas 30% ou 35% da frota de carros no País têm a cobertura de produtos de seguros."**

mais rápido possível os processos em andamento. Gostaríamos de rever a norma de regimes especiais – talvez observando o sistema que é usado na Lei de Falências e que permite uma maior participação dos interessados no processo. Mas isso depende de projeto de lei. A legislação atual que cobre essa questão para o setor de seguros é lei ordinária. Mas, com certeza, isso está no meu plano de gestão. Desde março, quando cheguei na Susep, já encerramos três liquidações num universo de 15.

*A Susep, em fase de reestruturação administrativa, planeja criar uma gerência de análise de impacto regulatório (AIR) para cada diretoria. Quais os benefícios para o mercado?*

Estamos promovendo uma reestruturação administrativa e provavelmente criaremos diretorias especializadas. Em termos de coordenação, temos a preocupação de adotar um



foco em análise de impacto regulatório. Isso é muito importante, porque quando criamos uma norma é preciso observar o impacto dela e sua efetividade. Assim vamos corrigindo e buscando o conhecimento do setor. Uma coisa é implementar uma norma com base em questões teóricas, observando outros países, outra coisa é implementar a norma e ver o resultado que de fato alcança. Analisar o impacto regulatório é olhar a posteriori, colher dados e informações sobre o que de fato a norma conseguiu alterar e onde precisa ser corrigida. Analisar o impacto regulatório é fundamental para qualquer regulador. É assim que se vai corrigindo e aprimorando o processo.

#### *Que diretorias a senhora pensa criar?*

Hoje não temos diretorias setoriais na Susep e queremos criar pelo menos duas diretorias especializadas: uma focada em se-

***"Se o processo de liquidação e falência pudesse ser executado em tempo menor, certamente seria melhor para os segurados. Os regimes especiais têm que ser revistos."***

guros massificados, muito importantes para o consumidor, com tratamento diferenciado na relação contratual do seguro; e a outra mais focada nas empresas, na contratação

de seguros de pessoas jurídicas, nos grandes riscos e resseguros. A previdência certamente é outro assunto que gostaríamos de dar uma atenção diferenciada.

#### *Esse é o tratamento diferenciado a que a senhora se refere?*

Sim. Pretendemos especializar mais a Susep no seu marco regulatório e outro tratamento diferenciado que estamos analisando é na parte de exigência de capital e de solvência, para fazer alguma segmentação do mercado por tamanho de empresas, que hoje não existe. Seria uma segmentação não muito fracionada, mas que incentive o surgimento de empresas e flexibilize o processo de crescimento. Temos hoje quatro diretorias. Uma delas era a administrativa, que acabamos. As áreas administrativas estão agora sob minha responsabilidade. Pretendemos manter as quatro diretorias, todas direcionadas para a atividade fim.

**"Outro tratamento diferenciado que estamos analisando é referente à exigência de capital e de solvência, para fazer alguma segmentação do mercado por tamanho das empresas."**

*Existe uma tendência para um novo modelo de DPVAT?*

Há uma sensação muito forte de que o modelo atual não está bom. Esse é um fato. Existem inúmeros questionamentos sobre o DPVAT, processos que respondemos à Polícia Federal, à Corregedoria e ao TCU. Os órgãos de controle se incomodam com o modelo atual do DPVAT e nós também. Estamos trabalhando na reestruturação do DPVAT junto com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. Há um sentimento unânime de que o atual modelo monopolista da Líder tem provocado externalidades negativas no seguro obrigatório. A falta de concorrência acaba gerando ineficiências na questão do acompanhamento dos sinistros e na regra de incentivos dos seguros.

*Podemos esperar então mais agentes na administração do DPVAT?*

Uma das hipóteses seria aumentar a concorrência e outra hipótese, pertinentemente levantada pelo próprio Ministério da Economia, são as várias coberturas que já existem em outros benefícios. Por exemplo, o DPVAT objetiva cobrir danos de acidentes contra terceiros causados pela pessoa que dirige o ônibus, o carro ou a moto. Já temos uma rede pública hospitalar que atende às pessoas. Será que precisamos

criar outro encargo? Pagamos impostos para a manutenção da rede de saúde de emergência.

*Só precisa melhorar a rede pública...*

Precisa melhorar, sim, mas, de qualquer forma, o acidentado é atendido na rede pública e será atendido independentemente do pagamento do DPVAT. Outro ponto: a pessoa de baixa renda já tem atendimento por invalidez pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada). Será que é preciso, de fato, o DPVAT atender a essas pessoas, se elas já receberão aposentadoria por invalidez? A única coisa que não é coberta é a morte, talvez neste aspecto o DPVAT deva ser reestruturado. Isso o deixaria mais simples e mais barato para a população, com uma cobertura mais efetiva. O modelo mais simples evitaria fraudes, que em sua maioria estão ligadas à questão da invalidez e da assistência à saúde.

*O aumento do capital segurado, inalterado desde 2007, estará entre as mudanças do DPVAT?*

Essa é uma mudança de lei, não é regulatória. No encaminhamento dessas mudanças, podemos inclusive rever esse assunto.

*Como a Susep vai se desenvolver em termos tecnológicos?*

Temos muito a evoluir tecnologicamente. É uma demanda não só da Susep, mas de todo o setor público. Por dificuldade de recursos ao longo dos últimos anos, e com o avanço tecnológico muito rápido, ficamos aquém do desejado. Estamos fazendo um esforço muito grande para sermos mais eficientes, tentando inserir serviços automatizados a serem pagos diretamente à empresa prestadora pelo serviço. A automação no cadastramento e recadastramento de corretores deve surgir assim, bem como a apólice eletrônica. Queremos criar serviços online de maneira criativa para não depender só de recursos públicos.

*Qual a importância da apólice eletrônica para o mercado segurador?*

É um mecanismo de transparência e de se-

**"Temos muito a evoluir tecnologicamente. É uma demanda não só da Susep, mas de todo o setor público. Por dificuldade de recursos ao longo dos últimos anos, e com o avanço tecnológico muito rápido, ficamos aquém do desejado."**

gurança, tanto para o usuário final, quanto para as seguradoras e a Susep. Com a apólice eletrônica, esperamos que o consumidor possa consultar seu seguro online, a partir do seu CPF, e que as empresas possam analisar a exposição do risco também online. Não vamos disponibilizar o dado individual para as seguradoras por uma questão de sigilo da concorrência, mas o dado agregado do setor poderá ser disponibilizado. As seguradoras vão poder ver a exposição de risco entre si. Haverá um ganho importantíssimo, inclusive na questão de resseguro, para a distribuição de risco. Para a Susep, vai ser uma forma de ter informação sobre o setor mais detalhada e analisar a efetividade das normas. Para medir o impacto regulatório, é preciso informação rápida. Para regular e fiscalizar o acompanhamento do mercado isso é fundamental.

*Mas tem custo...*

Tem custo, sim, mas também tem benefício, serão vários serviços online e mais eficientes para os consumidores e reguladores. No caso da apólice eletrônica, estamos falando de um percentual reduzido sobre o valor do prêmio de seguro, algo em torno de 0,03% a 0,09%. ●

# BAIXA ATRATIVIDADE ESCOLAR AMARRA O BRASIL NA RENDA MÉDIA

*Estudo do economista Paes de Barros aponta que a diferença de remuneração é apenas um dos aspectos do ganho de qualidade de vida para aqueles que se dedicam aos estudos dos 15 aos 17 anos.*

No período de cinco anos encerrado em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acumulou uma queda de 4,1%, efeito de dois recuos sucessivos em 2015 e 2016, respectivamente, de 3,5% e de 3,3%, e de crescimento medíocre nos demais anos. E 2019 começou em trajetória declinante, com queda de 0,2% no primeiro trimestre em relação ao trimestre anterior.

Essa triste estatística da economia prendeu o País com ainda mais força ao que os economistas chamam de armadilha da renda média, espécie de síndrome resultante de vários fatores que impede muitos países, entre eles o Brasil, de dar o salto da renda per capita média, situada entre 20% e 55% da renda per capita dos Estados Unidos, o país mais rico do mundo, para o clube das nações de renda mais elevada.

Já é consenso que, ao lado de fatores estritamente econômicos, como equilíbrio macro, produtividade e capacidade de investimentos, a qualidade da educação é uma das chaves para a superação das amarras da renda média. Em palestra sobre o tema, o economista Lauro Faria, da Escola Nacional de Seguros (ENS), apresentou gráfico demonstrando a associação direta entre países há muito estagnados na

renda média, como os latino-americanos Brasil, México e Argentina, e as notas médias do teste Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês).



## DISCREPÂNCIAS

O Pisa avalia os conhecimentos em matemática, interpretação de textos e ciências entre jovens estudantes entre 15 e 16 anos de aproximadamente 70 países. Em 2015, a nota média dos países com renda média foi de 4,60, contra 4,94 dos países de renda alta, ao passo que entre os de renda média há fortes discrepâncias. Por exemplo, a China, que segue crescendo consistentemente desde a década de 1980, teve média 514 enquanto o Brasil teve 395.

Entre os nós que travam há muitas décadas o desenvolvimento virtuoso da educação no Brasil está a passagem do ensino fundamental para o ensino médio e o desenrolar satisfatório dessa etapa essencial para a inserção do jovem no mercado de trabalho, com alguma possibilidade de progresso profissional e, consequentemente, financeiro.

Recente estudo feito pelo respeitado economista e estatístico Ricardo

*Jovens com o ensino médio completo tendem mais a sair da casa dos pais e a constituir famílias, e 40% deles, em média, têm um filho a menos do que teriam se tivessem completado apenas o ensino fundamental.*



Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, constatou que a diferença média de rendimento entre um indivíduo que conclui apenas o ensino fundamental e outro que termina o ciclo escolar médio é de R\$ 35 mil ao longo da carreira em números trazidos a valor presente com uma taxa de desconto de 5%.

O estudo, denominado “Políticas Públicas para a Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens”, uma parceria do Instituto Ayrton Senna com o Insper, Instituto Unibanco e a ONG Brava, constata que a diferença de remuneração é apenas um dos aspectos do ganho de qualidade de vida para aqueles que dedicam o período dos 15 aos 17 anos aos estudos, como, aliás, determina a Constituição Brasileira.

Jovens com o ensino médio completo tendem mais a sair da casa dos pais e a constituir novas famílias; 40% deles, em média, têm um filho a menos do que teriam se tivessem completado apenas o ensino fundamental. Aqueles que completam o ciclo médio têm menor prevalência de alguma doença crônica e, muito importante no caso brasileiro, “o engajamento em atividades escolares pode levar a uma substancial redução do envolvimento em alguma atividade violenta”.

Com base em estudos feitos por pesquisadores nos Estados Unidos, projetados para a realidade brasileira, o trabalho de Paes de Barros conclui que somente os custos relacionados com a saúde, violência e criminalidade e influência negativa na ampliação das competências no ambiente de trabalho em decorrência da evasão e abandono escolares somam R\$ 100 bilhões por ano ao País.



## DADOS DESALENTADORES

Ainda assim, os números levantados pelo estudo de Paes de Barros e sua equipe, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, relativos ao ano de 2015, são desalentadores. De um total de 10,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos de idade existentes no País naquele ano, 2,8 milhões (27,2%) não chegaram a completar um ano adicional de escola por falta de engajamento. Desse total, 1,5 milhão nem se matriculavam, 700 mil abandonavam a escola ao longo do ano e 600 mil eram reprovados por faltas.

Se somados ao problema do desengajamento daqueles jovens que foram reprovados por desempenho, tem-se que somente 6,9 milhões, ou 67%,

*Segundo dados da PNAD de 2015, dos 10,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos de idade do País, 2,8 milhões (27,2%) não chegavam a completar um ano adicional de escola por falta de engajamento.*

## EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

**O estudo também analisa a experiência internacional**, focando no trabalho de avaliação dos resultados de 366 programas de prevenção do desengajamento, promoção do engajamento e reengajamento feito pelo National Dropout Prevention Center Network (NDPC) dos Estados Unidos. Paes de Barros considera esse trabalho de avaliação essencial para o aperfeiçoamento das políticas e critica o fato de o Brasil não ter a mesma tradição.

Ao final, o estudo propõe 12 pilares que deveriam nortear a promoção do engajamento ou o combate ao desengajamento no ensino médio, sistematizando os argumentos apresentados ao longo do estudo. Eles incluem políticas de garantia de acesso, inclusive nos casos de impossibilidade física, flexibilidade, ações de combate à pobreza, ataque às razões do déficit de aprendizado e à má qualidade da educação.

Para o professor Lauro Faria, da ENS, o investimento

em capital humano é tão ou mais importante do que o investimento em capital físico para que o Brasil consiga sair da armadilha da renda média, como provou o esforço educacional feito pela Coreia do Sul, a partir da década de 1970.

Faria entende que, no Brasil, o problema é menos da quantidade de capital investido na educação do que o gerenciamento desse investimento. E, alinhando-se com o estudo de Paes de Barros, afirma que “os programas educacionais brasileiros têm que ser avaliados para que se possa chegar efetivamente aos resultados que se deseja com eles”.

*“Os programas educacionais têm que ser avaliados para que se possa chegar efetivamente aos resultados que se deseja com eles.”*

Lauro Faria / ENS

completaram o ano de estudos e foram aprovados, mantendo o alinhamento idade-série. O relatório ressalta que, dos 1,5 milhão de jovens que não se matricularam, 47%, cerca de 700 mil, já completaram o ensino médio, mas pondera que, conforme determina a Constituição, eles deveriam estar engajados em alguma atividade escolar até completarem a maioridade.

Ainda em relação ao alinhamento idade-série, de acordo com o estudo de Paes de Barros, somente 59% dos jovens brasileiros, correspondentes a 6,1 milhões, concluem o ensino médio com apenas um ano de atraso. E, dadas as disparidades socioeconômicas brasileiras por gênero, cor e região, apenas 8% dos jovens negros e de mães analfabetas residentes nas áreas rurais mais pobres do Nordeste conseguem o mesmo resultado.

Apesar de a taxa de jovens de 15 a 17 anos fora da escola vir declinando no País, os dados apurados pelo pesquisador demonstram que a resistência à queda tem sido muito maior a partir da virada do milênio, à medida que a própria taxa de não estudantes fica menor. Em 1990, os jovens fora da escola eram 39% aos 15 anos, 47,5% na faixa dos 16 e de 54,3% entre os de 17 anos, já descontados os que haviam terminado o ensino médio. Em 2000, os números haviam caído, respectivamente, para 16,1%, 23,6% e 29,5%. Já

em 2015 os números eram 9,5%, 16,5% e 21%, evidenciando uma evolução bem mais lenta neste século.

O minucioso levantamento constata ainda, com base em dados da Unesco, que o Brasil vem perdendo espaço no mundo nessa corrida pela universalização do ensino para os jovens, essencial para que o País transponha a armadilha da renda média.

De 2000 a 2015, chegou a 87% a parcela de países que tiveram melhor progresso que o brasileiro na redução do número de jovens fora da escola. Como consequência, a parcela de países à nossa frente nessa corrida subiu de 20% para 38% no mesmo período de comparação. Na vizinhança, o Brasil perde para a Argentina e, de longe, para o Chile.



*Somente 59% dos jovens brasileiros (6,1 milhões) concluem o ensino médio com apenas um ano de atraso. Entre os negros, filhos de mães analfabetas e de áreas rurais, o índice é assustador: apenas 8%.*

### DESENGAJAMENTO

Por considerar que o direito à educação é o direito ao pleno desenvolvimento e aprendizado e não apenas ao “acesso a uma vaga em escola qualquer”, o trabalho de Paes de Barros e sua equipe concentra seu foco na atratividade da escola de modo a que o estudante se engaje efetivamente

## AÇÕES PELA REINSERÇÃO DE EX-DETENTOS NO MERCADO DE TRABALHO

**Se a baixa escolaridade já leva à exclusão do mercado formal de trabalho** ou pelo menos a baixos salários, imagine as dificuldades de ocupação para quem, além disso, é egresso do sistema prisional e volta às ruas. Pensando em meios de reduzir a reincidência criminal gerada pela falta de oportunidade após o cumprimento da pena, a CNseg é uma das apoiadoras institucionais do Instituto Ação Pela Paz, participando ativamente das discussões em favor da ressocialização dos presos.

O Instituto Ação Pela Paz avalia propostas do Poder Público e da sociedade, apoiando aquelas de maior

abrangência. Um dos exemplos é o programa Semear, tocado em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo. Trata-se de um conjunto de ações realizadas para promover atividades educacionais e de trabalho nas unidades prisionais.

Há ações semelhantes apoiadas pelo Instituto no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Curso de corte de cabelo, orientação sobre práticas de segurança, higiene e saúde estão entre alguns dos módulos que visam permitir acesso de ex-detentos ao mercado de trabalho.

nas oportunidades disponíveis. “O engajamento dos jovens é indispensável para que sejam alcançados resultados, mesmo que a escola não seja de qualidade adequada”, pondera.

O relatório elenca uma série de razões para o desengajamento juvenil, desde causas alheias à sua vontade, como a pobreza extrema, a dificuldade de acesso por distância ou falta de transporte e mesmo a falta de escolas em algumas áreas, até causas relacionadas diretamente com questões pessoais do aluno, como a avaliação de que o ensino é ruim, a dificuldade de aprender por causa da baixa absorção de conhecimento nas fases anteriores do ensino, inadequação do currículo e até o não compartilhamento com os valores e objetivos da escola.

“Entendemos que, para uma escola ser promotora do pleno engajamento do jovem, não basta que ela seja desenhada para ele, precisa ser desenhada, ao menos em parte, com o jovem ou mesmo pelo jovem”, diz o estudo de Paes de Barros. Segundo o trabalho, são necessárias ações que reforcem o pertencimento do aluno àquela comunidade escolar, incluindo a confiança da comunidade no potencial de cada estudante e um “ambiente aberto e democrático”, onde todos tenham palavra e protagonismo.

O professor na escola do século 21, que estimule o engajamento do jovem da era digital, deve ter, segundo o trabalho, a característica de saber ensinar como organizar os pensamentos e conhecimentos que ele traz para dentro da escola a partir da tela do seu celular. Saber or-

ganizar bons debates e dinâmicas de grupo, atividades que são favorecidas quando a sala de aulas é menor.



### ENSINO A DISTÂNCIA

Para o pesquisador, a escola atrativa e promotora do engajamento juvenil deve ser flexível em muitos aspectos. Por exemplo, para promover o ensino a distância em algumas áreas rurais de difícil acesso, para receber o jovem que se identifica com sua proposta, mesmo que haja outra escola mais perto da sua casa, para permitir número maior de faltas, desde que para atividades compatíveis com o currículo e até flexível no calendário e na forma de avaliação.

Uma possibilidade seria promover a evolução escolar semestral, ou mesmo trimestral, em vez de anual. A medida atenderia o espírito imediatista do jovem, forçaria o estudo com mais frequência e, no caso de reprovação, a perda não seria de um ano, mas de um semestre ou trimestre.

Paes de Barros relaciona vários exemplos de estados que estão implantando políticas públicas de estímulo ao engajamento escolar ao ensino médio, como o “Pedala Piauí”, que dá bicicletas grátis a alunos que moram a até quatro quilômetros da escola, ou o programa de aulas por teleconferência via satélite criado pelo Centro de Mídias da Educação do Amazonas, replicado na Bahia com o Programa de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica. ●

# A BUROCRACIA VEM DE LONGE, MAS ESTÁ COM OS DIAS CONTADOS

*Aprovada na Câmara, MP da Liberdade Econômica propõe desburocratização irrestrita e acena com 3,7 milhões de empregos em até 15 anos.*

**A**bucracia no Brasil é um problema secular. Começou com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, e tornou-se um mal crônico, que por décadas empestra a economia e, consequentemente, o desenvolvimento do País. No crepúsculo do governo Geisel, em 1979, foi criado o Ministério da Desburocratização, sob os cuidados de Hélio Beltrão. A tentativa de simplificar a relação da sociedade com o poder público foi louvável, mas, após o mandato de Beltrão, assumiram a pasta João Geraldo Piquet Carneiro e Paulo Lustosa. E foi só. O Ministério foi extinto em 1986, na alvorada do governo Sarney, e a burocracia permaneceu como uma das maiores vilãs para os brasileiros.

Somente agora, com a Medida Provisória 881/2019, a chamada MP da “Liberdade Econômica”, o papelório que assola o País poderá ter os dias contados. Anunciado em abril pelo presidente Jair Bolsonaro, o texto da MP foi aprovado na Câmara no dia 14 de agosto, tendo como relator do Projeto de Lei de Conversão (PLV) o deputado



*“Há um peso muito grande da estrutura do Estado para empresas, que chega a ser assustador. Conheci mais de perto esses entraves. Não sei como o Brasil chegou até aqui.”*

**Jerônimo Goergen / deputado federal**

federal Jerônimo Goergen (PP/RS). O texto aguarda votação no Senado.



## PIB PER CAPITA

Estudo de impacto desenvolvido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia aponta que a MP da “Liberdade Econômica” poderá gerar 3,7 milhões de empregos em até 15 anos e aumentar o PIB per capita do Brasil em 7%. “Assumindo que o período de 10 a 15 anos seja suficientemente longo para que as mudanças analisadas sejam convertidas em maior estoque de capital e produtividade dos fatores, os 7% de PIB per capita adicionais significariam um acréscimo entre 0,4% a 0,7% no crescimento médio anual”, aponta o estudo.

Goergen está otimista com o texto final da MP que redigiu, no qual alerta que o Estado não pode mais representar um fardo para o empresariado: “Há um peso muito grande da estrutura do Estado para empresas, que che-

ga a ser assustador. Conheci mais de perto esses entraves. Não sei como o Brasil chegou até aqui.”

Para o economista Luiz Roberto Cunha (decano da PUC-RJ), um conjunto de medidas que desburocratizem a atividade econômica, como propõe a MP, oferecerá mais liberdade para as atividades produtivas, permitindo, juntamente com outras medidas, a condição necessária para modificar a trajetória desfavorável da relação dívida/PIB e promover um crescimento de forma sustentada do País. “Não sei dizer quanto mais teremos de crescimento do PIB e da renda per capita, mas, sem dúvida, é uma medida mais do que necessária”, admite o economista.

Cunha prevê que a MP 881 poderá melhorar a posição do Brasil no ranking do relatório Doing Business, do Banco Mundial, que mede, analisa e compara as regulamentações aplicáveis às empresas e seu cumprimento em 190 economias e cidades selecionadas nos níveis subnacional e regional. Hoje, o Brasil encontra-se no 109º lugar no Doing Business. Estava, na edição anterior do relatório, em 125º.

“Um estudo do Banco Mundial, que correlaciona a dificuldade em pagar imposto com o crescimento, indica que o Brasil encontra-se numa das piores posições”, ressalta Cunha, para quem o País mantém uma carga tributária de nação europeia desenvolvida, prestando, todavia, serviços de baixa qualidade em setores como educação, saúde e segurança. “Mas, quando a comparação inclui gastos públicos em relação ao PIB, somos os primeiros”, completa Cunha.



## RISCO DE PRECARIZAÇÃO

Relator da MP na Câmara, o deputado Goergen rechaça o risco de precarização nas relações trabalhistas, como alardeiam alguns representantes sindicais: “Estamos apenas atualizando aquilo que já é jurisprudência dentro da Justiça do Trabalho. Em alguns casos, estamos atualizando e modernizando, como, por exemplo, a possibilidade de uma empresa abrir no domingo sem que seja proi-

bida por algum sindicato, mas cumprindo a lei trabalhista. Isso vai gerar emprego(\*)”.

Um dos principais autores do texto original da MP 881, o diretor de Desburocratização da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Geanluca Lorenzon, frisa que a proposta, além de buscar a recuperação econômica, não impactará negativamente o emprego no País.

“O PLV não propõe nada que não seja realidade no resto do mundo. É absurdo achar que o trabalhador brasileiro é uma segunda classe de cidadão mundial que precisa estar amarrado à legislação de sete décadas. Não existe bala de prata. Teremos um longo trabalho para resolvermos esse problema (desemprego e recuperação econômica), entretanto, estamos andando no caminho certo com essa MP.”

A MP 881/2019 recebeu 301 emendas. O relator na Câmara acolheu 126 delas, integral ou parcialmente. Uma delas propõe o fim do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), cujo objetivo é unificar o pagamento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. “Existe uma diferença entre o objetivo e o resultado. Independentemente de intenções, o eSocial resultou em um problema burocrático e será substituído por um sistema mais amigável e menos custoso”, antecipa Lorenzon.

O que o Governo espera é um engajamento e conscientização da população para a importância de um amplo processo de desburocratização em todos os níveis possíveis da relação com o poder público. A batalha que se trava hoje é essencialmente cultural. Após a aprovação da MP 881 na Câmara, o texto-base seguiu para o Senado e deverá ser aprovado até 10 de setembro para não caducar. “Não trabalhamos com essa hipótese. Estamos 100% confiantes na aprovação pelo Congresso”, conclui Lorenzon(\*\*).

(\*) Na votação no Senado, foram retirados artigos aprovados na Câmara que flexibilizavam regras de trabalho aos domingos.

(\*\*) A votação no Senado ocorreu em 21/08, dependendo de sanção presidencial.



*“Um estudo do Banco Mundial, que correlaciona a dificuldade em pagar imposto com o crescimento, indica que o Brasil se encontra numa das piores posições.”*

Luiz Roberto Cunha / PUC-RJ



*“É absurdo achar que o trabalhador brasileiro é uma segunda classe de cidadão mundial que precisa estar amarrado à legislação de sete décadas atrás.”*

Geanluca Lorenzon /  
Ministério da Economia

# SANDBOX, A INOVAÇÃO TESTADA “DENTRO DA CAIXA”

*Saiba como funciona o sistema regulatório que Ministério da Economia, Banco Central, CVM e Susep planejam implementar de forma coordenada no Brasil.*

**N**a era da informação e da cibereconomia, um movimento global está em plena aceleração: o de criação de canais de experiência e relacionamento entre bancos e demais empresas do sistema financeiro com clientes. Esse é o objetivo do sandbox regulatório, que o Banco Central (BC), em ação coordenada com a Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), planeja implementar no País.

O regime de sandbox flexibiliza os requisitos regulatórios de um setor por um período limitado para permitir que empresas testem serviços e produtos inovadores com um grupo de clientes e avaliem o quanto eles facilitarão – ou não – suas vidas. No setor financeiro, o sandbox facilita a oferta de inovações de maneira controlada, com acompanhamento

**Tecnologias do sistema financeiro têm estimulado o surgimento de novos modelos de negócios, com reflexos na oferta de produtos e serviços de maior qualidade e alcance.**

de perto dos riscos associados às novas tecnologias. Como crianças, as empresas “brincam” na caixa de areia (daí o nome sandbox, em inglês), tendo liberdade para ser criativas, mas supervisionadas do lado de fora da caixa.

Trata-se de uma forma astuta de não perder o timing das mudanças disruptivas e ao mesmo tempo buscar regular a inovação, passan-

do por um processo de aprendizado que permita a elaboração dos melhores parâmetros a serem impostos. Na prática, este período de regras mais simples funciona também como um “empurrão” para o desenvolvimento inicial de empresas.

Assim, abre-se uma espécie de edital, para que as empresas do setor financeiro interessadas se inscrevam e se submetam à modalidade regulatória, podendo, a partir disso, oferecer soluções tecnológicas para inúmeros serviços, como os de crédito, investimentos, seguros, previdência, controle de finanças, entre inúmeros outros, que, apesar de disponíveis aos consumidores, estarão em fase de teste.

A própria MP (881) da Liberdade Econômica prevê os chamados sandboxes, que correspondem a áreas sujeitas a regimes jurídicos diferenciados, como zonas francas não tributárias definidas por estados e Distrito Federal. “Os sandboxes teriam não



só a liberação da burocracia, como também a flexibilização das leis. Estamos criando um sistema para quem queira inovar tenha condição de fazê-lo com baixo custo, com baixa integração do estado. Estamos garantindo também a questão que envolve os investidores anjos para que o patrimônio deles fique protegido, porque, caso um projeto não venha a dar certo, ele não tenha que responder com seu patrimônio e estimule o investimento em startups”, destaca o relator da MP na Câmara, o deputado federal, Jeronimo Goergen (PP/RS).

O diretor de Desburocratização da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Geanluca Lorenzon, acrescenta que quem ganha com tudo isso é a sociedade. “Hoje, o Brasil está para trás no mundo da inovação por ter leis muito antigas e restritivas. Não temos um Facebook, um Google ou

uma Apple brasileira. Através desses regimes diferenciados, poderemos ter zonas em que empreendimentos inovadores podem prosperar”, acredita o representante do Ministério da Economia.



### IMPACTOS DA TECNOLOGIA

De acordo com o comunicado conjunto publicado no site da CVM, a ação veio em resposta ao impacto das novas tecnologias nos segmentos financeiro, de capitais e securitário, com destaque para a blockchain, mas também distributed ledger technologies – DLTs, robô advisors e inteligência artificial.

Essas inovações têm estimulado o surgimento de novos modelos de negócios, com reflexos na oferta de produtos e serviços de maior qualidade e alcance. Ao reduzir

**Segundo a CVM, os órgãos terão de “atuar com a flexibilidade necessária, dentro dos limites permitidos pela legislação, para adaptar suas regulamentações às mudanças tecnológicas”.**

# SANDBOX

## COMO FUNCIONA O SANDBOX?

**O sandbox é concedido por determinado tempo** (em outros países, varia entre 6 a 24 meses, sendo prorrogável em algumas jurisdições), para que, atingindo-se um serviço que tenha alcançado rentabilidade e possibilidade de captar volumes de investimentos maiores, seja possível caminhar sozinho.

Durante o período de testes, as empresas ficam sujeitas a requisitos regulatórios diferenciados e podem receber dos agentes reguladores orientações personalizadas sobre como interpretar e aplicar a regulamentação cabível. Ao mesmo tempo, os órgãos reguladores terão acesso aos resultados obtidos e poderão avaliar os riscos associados aos novos produtos. Caso existam problemas não solucionados durante os testes ou riscos elevados, as autoridades podem proibir ou limitar a oferta das inovações. Caso contrário, a comercialização em larga escala pode ser liberada.

Como os modelos de negócios das

fintechs e insurtechs são bem diversos, os aspectos específicos de cada sandbox e as informações que deverão ser repartidas às autoridades supervisoras serão definidos caso a caso. A transparência é um aspecto essencial para a experiência: todos os participantes devem conhecer antecipadamente os termos específicos e aceitar os riscos envolvidos. A comissão também estuda a possibilidade de exigir que as empresas interessadas tenham recursos suficientes para compensar eventuais perdas dos clientes.

A ideia de se criar um modelo de sandbox regulatório no Brasil vem sendo discutida pela Comissão de Valores Mobiliários desde 2017. A CVM, no entanto, ao emitir o relatório do segundo semestre daquele ano, apontou o risco de isso se tornar algo amplo demais. “Quanto ao primeiro aspecto, os prós e contras de um sandbox, a tônica comum é considerá-lo uma panaceia, uma solução para todos os problemas relacionados a fintechs em geral e à blockchain em particular”.

○ órgão chamou a atenção de que

o sucesso dessa iniciativa depende da “real disponibilidade de pessoal qualificado, de infraestrutura tecnológica e de apetite por inovação por parte dos reguladores, de modo que os ambientes de testes pretendidos possam, de fato, gerar conhecimento e aprimorar o regime regulatório aplicável”.

Para os regulados, o órgão afirmou em seu relatório que existe o lado bom da segurança jurídica, pois permite “experimentações no mundo real, com riscos regulatórios controlados e com orientação fornecida pelo regulador”. Por outro lado, o regulado tem também de se adaptar à regulação e isso demanda tempo e atenção.

“Uma das contrapartidas desse benefício é a necessidade de se disponibilizar o tempo e a atenção dos desenvolvedores do projeto para atender às demandas do regulador, na forma de relatórios, controles, reuniões de acompanhamento e todo o mais envolvido nesse regime especial de licenças”.

## O MOVIMENTO REGULATÓRIO CRUZA FRONTEIRAS

**Iniciado no Reino Unido, no fim de 2015,** o sandbox regulatório hoje já tem ações para além da Europa, tendo sido implementado ou proposto em vários outros países, incluindo Emirados Árabes, Austrália, Canadá, Dinamarca, Hong Kong, Índia, Malásia, Singapura, Coreia, Indonésia, Japão, Rússia, Suíça, Taiwan, Tailândia e Estados Unidos.

No Reino Unido, o regulador exige o cumprimento de alguns requisitos para que tais testes de modelos ocorram de forma mais segura: 1) consentimento prévio dos usuários dos novos produtos; 2) limites financeiros das operações, e 3)

controle de riscos, tal como dinâmicas que detectem possíveis fraudes.

Na Austrália, por sua vez, os requerentes do regime sandbox devem preencher alguns critérios mínimos, tais como: 1) possuírem produtos inovadores; 2) demonstrarem que o produto vai beneficiar os usuários; e 3) considerarem em seus produtos formas de gerenciar riscos e proteger os consumidores.

A CVM planeja se integrar à rede global de sandbox, conhecida como Global Financial Innovation Network (GFIN), liderada por Austrália e Reino Unido. A GFIN já conta com a participação de 29 reguladores no mun-

do todo, que têm realizado acordos multilaterais com o objetivo de se auxiliar no processo de regulação das inovações financeiras em seus mercados.

A ideia é que, em breve, esses países possam ter clareza sobre os impactos regulatórios transfronteiriços das fintechs e insurtechs e estabeleçam um sandbox em conjunto. Assim, será possível garantir a entrada de novos players desse setor em suas economias. Ao aderir ao GFIN, o Brasil tem a oportunidade de aderir ao sandbox regulatório, desde já, como uma sistemática que transcenda o âmbito nacional.

custos, eles tornam-se mais inclusivos. Até o Facebook já anunciou, em junho deste ano, o lançamento de uma carteira digital, a Calibra, e o financiamento a uma nova moeda lastreada em uma reserva central e baseada em blockchain. Ainda segundo o comunicado da CVM, os órgãos terão de “atuar com a flexibilidade necessária, dentro dos limites permitidos pela legislação, para adaptar suas regulamentações às mudanças tecnológicas”.

A condição essencial é que o projeto apresente inovação na prestação do serviço. O BC, inclusive, integra o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), fórum que promove o debate e o compartilhamento de experiências entre agentes econômicos diversos, e a implementação do sandbox regulatório no Brasil é uma das pautas.

No painel “O Brasil do futuro: um mundo novo a ser explorado, tecnologias e dinheiro”, realizado durante evento do jornal Correio Braziliense, o diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, João Manoel Pinho de Mello, destacou que o BC está focado em desenvolver a inter-

**Ao buscar um regime de sandbox regulatório, o Brasil pode criar um ambiente propício à criação de novas fintechs e insurtechs, corrigindo gargalos históricos e fomentando a competição interna.**

mediação do futuro: “Para o Banco Central, isso envolve dois projetos: o open banking, que é a difusão sem o consentimento do usuário das suas informações para que possa receber propostas de crédito mais regulares, por exemplo, de fintechs; e um projeto de pagamentos instantâneos, como funciona em alguns países, em que é possível pagar por WhatsApp”.

Para especialistas, ao buscar um regime de sandbox regulatório, o Brasil pode criar um ambiente propício à criação de novas fintechs

e insurtechs, corrigindo gargalos históricos e fomentando o aumento da competição interna. O número de startups na área de seguros já vem crescendo nos últimos dois anos, tendo saltado de 25 para 80, segundo mapeamento do Comitê de Insurtechs da camara-e.net.

A superintendente da Susep, Solange Vieira, informou que a expectativa é estar com a norma do sandbox em consulta pública em setembro. “A ideia é abrir inscrições para projetos inovadores, não somente em relação à questão tecnológica, mas também à forma diferente de prestar um serviço”, antecipou.

Segundo ela, os projetos aprovados terão algumas isenções e flexibilidades infralegais que as outras seguradoras não têm. Solange Vieira acrescentou que, após um certo período, os projetos terão que se adequar ao mercado. “Ou eles se transformam em empresas de médio e grande portes, cumprindo assim os mesmos requisitos, como de capital e solvência, ou são incorporadas por outras empresas. É como um processo de startup: eles se iniciam com determinadas flexibilidades e depois têm de se transformar”, concluiu.

# SINAIS DE MELHORA PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO EM 2020

*Mercado de trabalho segue incerto, mas avanço da renda e das contratações formais sinaliza melhorias na economia que, se confirmadas, representarão a geração de novas vagas no ano que vem.*

**O**Brasil encerrou o primeiro semestre com 12,8 milhões de desempregados – 12% da força de trabalho. O número, apurado pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do segundo trimestre, teve melhora em relação ao do primeiro, mas o quadro segue preocupante, mesmo entre os ocupados: o grupo dos que gostariam de produzir mais (subocupados) subiu 8,7%, para 7,4 milhões; e o dos que trabalham por conta própria, sinônimo frequente de informalidade, cresceu 1,6%, atingindo 24,1 milhões.

A força de trabalho composta pelos ocupados e desocupados que buscavam emprego totalizava 106,1 milhões de pessoas no segundo trimestre – 62,1% dos 170,9 milhões de brasileiros com mais de 14 anos em idade produtiva. Com o recuo do desemprego em 0,7 ponto percentual, na comparação com o trimestre anterior, o contingente de ocupados com carteira assinada aumentou 0,9%, passando a 33,2 milhões, en-

**“A chance de retomada do emprego nos patamares do passado, quando a economia se recuperar, é uma incógnita. Algumas competências serão mais bem remuneradas e outras, menos.”**

Lauro Ramos / Ipea

quanto o número dos informais cresceu 3,4%, chegando a 11,5 milhões de empregados.

A última PNAD Contínua registrou, na comparação com a do segundo trimestre de 2018, queda de 0,4 ponto percentual no desemprego em todo o País. Os 7,4 milhões de subocupados em abril-junho deste ano representam, porém,

número recorde na série histórica iniciada pelo IBGE em 2012. Os 11,5 milhões sem Carteira de Trabalho também formam o maior contingente nessa situação nos últimos sete anos.

Os números do IBGE referentes ao segundo trimestre mostraram que a taxa de desemprego recuou em dez das 27 unidades da federação, mantendo-se estável nas demais. Os maiores índices foram apurados na Bahia (17,3%), Amapá (16,9%) e Pernambuco (16%); e os menores, em Santa Catarina (6%), Rondônia (6,7%) e Rio Grande do Sul (8,2%). O Nordeste apresentou a maior taxa de desempregados (14,6%), seguido pelo Sudeste (12,4%) e Norte (11,8%).

Um dos indicadores das adversidades do mercado de trabalho é a taxa de subutilização da mão de obra. Mantendo o patamar mais alto dos últimos anos, atingido no primeiro trimestre, os subutilizados eram 28,5 milhões. A subutilização abrange, além dos subocupados e desempregados, outros dois grupos: os desalentados, aptos para trabalhar, mas que dei-



xaram de procurar emprego (4,9 milhões); e os não desalentados, que estavam fora da força de trabalho por outros motivos (3,4 milhões).



### DRAMA E ESPERANÇA

Apesar do pequeno recuo do desemprego, a segunda PNAD Contínua de 2019 mantém-se em linha com a primeira, sinalizando o ritmo lento de retomada da economia. No trimestre abril-junho, 3,3 milhões de desempregados (26,2%) procuraram trabalho havia pelo menos dois anos – quadro semelhante ao registrado em análise da PNAD do primeiro trimestre feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo mostrou que a parcela desses desocupados cresceria de 17,4% para 24,8% em quatro anos. O desemprego de longo prazo afetava mais as mulheres e as pessoas acima de 40 anos.

O aumento da quantidade desses desem-

**Estudo da FGV Social mostra que, de 2014 a 2017, o número de pessoas pobres no País subiu de 8,4% para 11,2% – aumento de 33%, que corresponde a 23,3 milhões de brasileiros, maior do que a população do Chile**

pregados não tem explicação conclusiva. Para o pesquisador do mercado de trabalho Lauro Ramos, um dos autores do estudo do Ipea, o longo tempo de desocupação teria mais ver com a duração da crise do que com a obsolescência de habilidades. “A chance de reto-

mada do emprego nos patamares do passado, quando a economia se recuperar, é uma incógnita. Algumas competências poderão ser mais bem remuneradas e outras menos”, estima.

A análise do Ipea atestou também o impacto negativo que os percalços do mercado de trabalho exercem sobre a renda das famílias. No primeiro trimestre, 22,7% dos domicílios do país não auferiam renda do trabalho. E mais: os de menores faixas de renda foram os que tiveram menos ganho salarial, ao passo que os domicílios mais ricos somaram renda 30 vezes superior. Nesse quadro de desigualdade, o fato positivo foi a evolução do rendimento médio do trabalho e da massa salarial, relacionados ao nível de consumo das famílias.

Lauro Ramos considera que, embora o mercado de trabalho siga “claudicante”, o avanço da renda e das contratações formais sinaliza melhorias na economia. Caso se confirmem, antevê, os resultados no emprego vão aparecer

**TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2º TRIMESTRE DE 2019**

Santa Catarina .....	6,0
Rondônia .....	6,7
Rio Grande do Sul .....	8,2
Mato Grosso do Sul .....	8,3
Mato Grosso .....	8,3
Paraná .....	9,0
Minas Gerais .....	9,6
Goiás .....	10,5
Ceará .....	10,9
Espírito Santo .....	10,9
Pará .....	11,2
Tocantins .....	11,4
Paraíba .....	11,9
Brasil .....	12,0
Rio Grande do Norte .....	12,5
Piauí .....	12,8
São Paulo .....	12,8
Acre .....	13,6
Distrito Federal .....	13,7
Amazonas .....	13,9
Maranhão .....	14,6
Alagoas .....	14,6
Roraima .....	14,9
Rio de Janeiro .....	15,1
Sergipe .....	15,3
Pernambuco .....	16,0
Amapá .....	16,9
Bahia .....	17,3

IBGE | Agência de Notícias | PNAD Contínua  
trimestral: desocupação recua em 10 das 27 UFs no  
2º trimestre de 2019

**BRASILEIROS QUE BUSCAM EMPREGO HÁ MAIS DE DOIS ANOS (%)**

**26,2%**

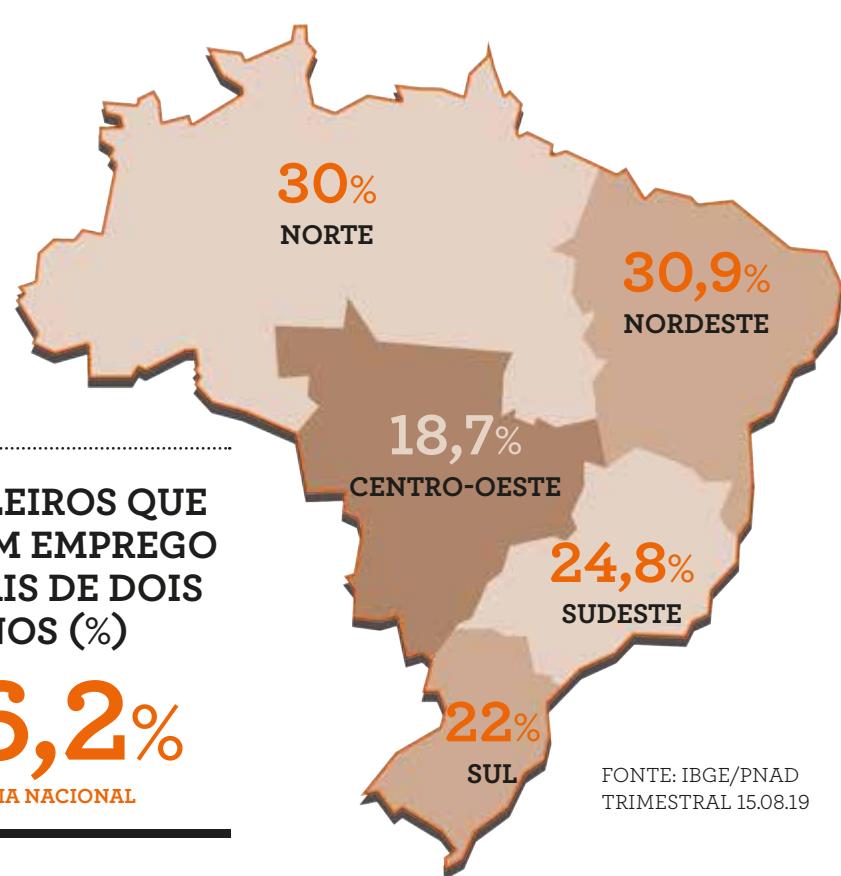
\*MÉDIA NACIONAL



**RECUPERAÇÃO LENTA**

O especialista em mercado de trabalho Bruno Ottoni, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da consultoria IDados, não vê as estatísticas com otimismo. “Comparando a taxa de desemprego de um trimestre com o mesmo período do ano anterior, observamos que estamos sempre com cerca de 0,4 ponto percentual abaixo. Isso é preocupante: o nível de desemprego é elevadíssimo e a recuperação, muito lenta. Nesse ritmo, vamos demorar cinco anos para chegar a uma taxa de um dígito”, afirma.

Ottioni assinala que, mais que a comparação trimestral, a evolução anual dos números do IBGE proporciona mais segurança para o exame da situação do mercado de trabalho.



FONTE: IBGE/PNAD  
TRIMESTRAL 15.08.19

**“O estoque de empregos é muito pequeno, comparado com o crescimento anual das vagas sem carteira assinada e por conta própria, que tendem a ser informais.”**

Bruno Ottoni / Ibre-FGV

“Depois de um ano, estamos a apenas 0,4 percentual abaixo de onde estávamos no ano anterior. Tem sido assim nos últimos meses. É preocupante, porque o nível de desemprego é elevadíssimo e a recuperação, muito lenta. Nesse ritmo, vamos demorar cinco anos para chegar a uma taxa de um dígito”, adverte.

Outro problema destacado por ele é o peso do trabalho informal no processo de aparente retomada. Embora reconheça saldo positivo no setor formal, atestado também no Cadastro General de Empregados e Desempregados (Caged),

do Ministério do Trabalho, o economista adverte: “O estoque de empregos é muito pequeno, comparado com o crescimento anual das vagas sem carteira assinada e por conta própria, que tendem a ser informais”, afirma, acrescentando que são empregos de baixa qualidade e remuneração menor.

O pesquisador também considera que a evolução sensível na geração de empregos deve ocorrer somente em 2020. Como fatores a favor, ele enumera o balanço positivo da criação de postos de trabalho formais e os sinais de crescimento da indústria, aliados à agenda de reformas do Governo e a medidas como a liberação de saldos do FGTS. “O mercado de trabalho reage com certa defasagem. Esse cenário não deverá produzir efeitos significativos antes do ano que vem”, avalia.



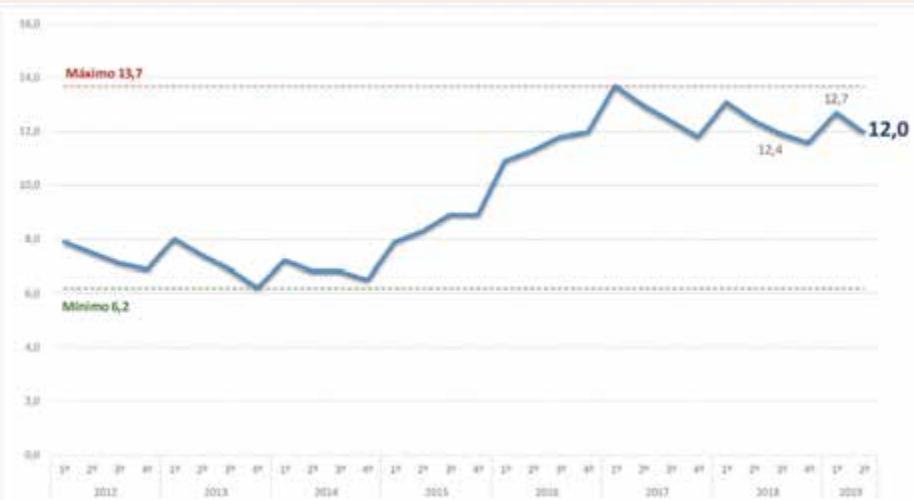
## DESAFIO DO CRESCIMENTO

Revezes conjunturais à parte, o trabalho no País enfrenta dificuldades relacionadas a problemas de fundo da economia, salienta o economista Lauro Faria, da Escola Nacional de Seguros. Ele assinala que, após viver franco crescimento dos anos 1940 até 1980, o Brasil enredou-se na chamada “armadilha da renda média” – conceito criado pelo britânico William Arthur Lewis, Prêmio Nobel de Economia em 1979, para definir a situação de países que não conseguem continuar a escalada rumo a padrões mais altos de desenvolvimento.

Resultado da divisão do valor do PIB pelo número de habitantes de um país, a renda média é situada pelos economistas na faixa entre 20% e 55% do PIB per capita dos Estados Unidos. No Brasil, que chegou a ter renda média correspondente a 39% da americana em 1980, a correlação beirou os 30% nos anos de crescimento da década passada e caiu a 25,8% em 2018, tendo ficado em US\$ 14,4 mil, calculada de acordo com a taxa média de câmbio ao longo do ano.

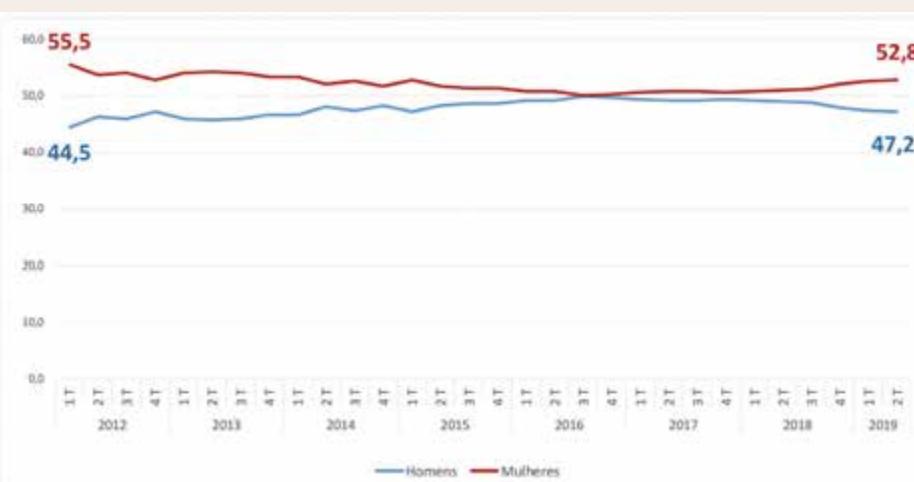
De 101 economias de renda média e baixa em 1960, apenas 13 ascenderam à faixa de renda alta, diz Lauro Faria, com base em estudo do Banco Mundial. Depois de ter subido ao nível da renda média, graças à mobilização de mão de obra abundante para o crescimento extensivo da economia, argu-

## TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, NA SEMANA DE REFERÊNCIA (EM %) - BRASIL



A taxa de desocupação no 2º trimestre de 2019 reduziu 0,7 ponto percentual em relação ao 1º trimestre de 2019.

## DISTRIBUIÇÃO (%) DA POPULAÇÃO DESOCUPADA POR SEXO - BRASIL



As mulheres continuam sendo maioria na população de desocupados.

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

## DESEMPREGO ESTRUTURAL NO HORIZONTE

**Na esperada volta da oferta de emprego,** muitos postos de trabalho eliminados por força da crise podem não ser reabertos, em face do avanço da tecnologia. O chamado desemprego estrutural, vivido em outros países, decorre do ritmo acelerado da informatização de processos e da adoção de recursos da inteligência artificial em todos os setores da economia, assim do uso da robótica na indústria.

“Muitas ocupações estão se tornando obsoletas e têm sido substituídas por outras formas de produção, em função das mudanças tecnológicas. Pessoas que desenvolveram habilidades de desempenho no passado terão que se reinventar para reingressar no mercado de trabalho”, prevê o pesquisador Lauro Ramos, do Ipea.

Para o pesquisador Bruno Ottoni, da FGV/Ibre, é cedo

para uma avaliação do problema no País. “É possível que isso esteja acontecendo, mas numa escala muito menor do que em outros países”, avalia. Ele cita balanço recente da Federação Internacional de Robótica (IFR, na sigla em inglês), que situa o Brasil na 18ª colocação global em estoque de robôs industriais, com reduzido número desses equipamentos em relação ao contingente de trabalhadores.

“A mão de obra é mais barata, o que a favorece na relação com o capital”, compara Ottoni. Outro fator a favor do emprego, ele destaca, é a operação oligopolizada de alguns setores econômicos no País, que não têm como imperativa a busca de inovações tecnológicas a serviço do aumento da produtividade, ao contrário do que ocorre em mercados de concorrência acirrada.

menta o economista, nações como o Brasil “não têm mais o excedente de mão de obra que permitia produzir a preço baixo nem a tecnologia e a capacidade de inovação para competir com os países desenvolvidos.”

“O estancamento da economia brasileira é muito grave para o emprego”, afirma Lauro Faria, referindo-se à perda de dinamismo da atividade econômica desde o fim da década de 1970, marcada pelo surto de crescimento do chamado “milagre econômico”. Além da retração da abertura de postos de trabalho decorrente da situação estacionária da economia, segundo ele, o emprego vem sofrendo com o avanço tecnológico. “Embora a população cresça menos, o problema da empregabilidade é muito maior do que naquela época”, compara.

Desemprego e redução da renda média, assim como o aumento da desigualdade, estão associados na situação brasileira, constata estudo do diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, Marcelo Néri. O trabalho, intitulado “Qual foi o Impacto da Crise sobre Pobreza e Distribuição de Renda”, mostra que, de 2014 a 2017, o número de pessoas pobres na população do País subiu de 8,4% para 11,2% – aumento de 33%. Esse contingente corresponde a 23,3 mi-

**“Nossa carga tributária é alta e temos uma burocacia de impostos, custo laboral elevado e regulações que dificultam o investimento produtivo e a movimentação dos capitais.”**

Lauro Faria / ENS

lhões de brasileiros, maior do que a população do Chile, ressalta o pesquisador.

Nesse contexto, aponta o estudo do FGV Social, as maiores perdas de renda média atingiram os mais jovens, as pessoas com ensino médio incompleto e os responsáveis por domicílios. “O desemprego foi o principal responsável pela queda do poder de compra das famílias brasileiras, sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração. A maioria dos ocupados passa a temer cair no desemprego e, por precaução, reprime sua demanda por bens e serviços”, afirma o trabalho.

Para o economista Lauro Faria, o País precisa ganhar em competitividade para elevar a renda e expandir de forma sustentável a geração de trabalho. “Nossa carga tributária é alta e temos uma burocacia de impostos, custo laboral elevado e regulações que dificultam o investimento produtivo e a movimentação dos capitais, além de tarifas que afetam bens importados e geram situações de proteção em prejuízo de setores que poderiam crescer. O Brasil já fez várias coisas interessantes, como o controle da inflação, mas precisa fazer mais”, conclui.

Na visão do economista da Escola, o País precisa remover “travas” que contêm a produtividade. Como exemplo, cita o valor de uma colheitadeira de grãos no Brasil, muito mais alto do que nos Estados Unidos. “Uma agenda importante é, progressivamente, expor nossa economia à competição internacional”, diz ele, defendendo também a cobrança de resultados efetivos em educação. A armadilha da renda média, aponta Lauro Faria, parece estar sendo superada pela China: “o país já está nessa faixa, mas o crescimento continua muito forte. Tudo indica que, em alguns anos, passará a uma faixa superior.”

# ENS ATRAVESSA O ATLÂNTICO E DESEMBARCA EM PORTUGAL

*Inédito Programa de Treinamento no Exterior ocorrido em Lisboa reuniu 19 profissionais brasileiros para debater temas como proteção de dados, inovação e Big Data.*

**D**esafios da indústria securitária para os próximos anos: Lei Geral de Proteção de Dados, Big Data, blockchain, insurtechs e inovação em seguros. Estes foram alguns dos temas abordados no inédito Programa de Treinamento no Exterior da Escola Nacional de Seguros (ENS), realizado em Lisboa, na terceira semana de junho, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Jurisnova).

Com o tema “Inovação em Seguros – A Indústria em Transição”, o curso reuniu, ao longo de cinco dias, 19 profissionais brasileiros liderados pela diretora de Ensino Técnico da ENS, Maria Helena Monteiro, e pelo gerente de Planejamento e Escola Virtual da ENS, Gustavo Borges. Para Maria Helena, a realização do curso em Lisboa é mais uma importante etapa da investida da ENS no mercado externo.

“Esse modelo funcionou tão bem que já marcamos a data do próximo programa: 22 a 26 de junho de 2020. Espero que essa parceria também gere trabalhos de pesquisa, além do curso, que pretendemos repetir todos os anos”, antecipou. Os participantes também tiveram a oportunidade de visitar uma seguradora, insurtechs portuguesas e o órgão regulador local, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.



**“Espero que essa parceria também gere trabalhos de pesquisa, além do curso, que pretendemos repetir todos os anos.”**

Maria Helena Monteiro / ENS



## COOPERAÇÃO TÉCNICA

Durante a estada da delegação brasileira em Lisboa, a ENS e a Jurisnova assinaram acordo de cooperação técnica para ampliar a difusão de conhecimento do mercado securitário e realizar pesquisas conjuntas sobre direito do seguro. “Estamos olhando com bastante otimis-

mo para essa parceria”, salienta Maria Helena.

A investida da ENS no mercado externo será incrementada no próximo ano com treinamentos em Israel, Chile, Estados Unidos e Inglaterra, além da Índia, onde a Escola vai promover, em março de 2020, um curso voltado para distribuição, microseguros e seguros populares. “Vai ser um programa de seis dias, com aulas teóricas e práticas e visitas técnicas para conhecermos o mercado da Índia, sobretudo em distribuição, área em que eles estão bem mais avançados”, reconhece.

Se a ação empregada no exterior rende excelentes resultados à ENS, no mercado interno não é diferente. A busca pela excelência tem sido marca registrada da Escola desde que foi fundada, em 1971. Para isso, parcerias locais com outras instituições são imprescindíveis, como a que mantém, por exemplo, com o Coppead, o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que cede professores do seu quadro acadêmico para cursos de MBA da ENS.

Por outro lado, a Escola financia estudos desenvolvidos pelo Coppead voltados para o mercado segurador. “Essa parceria com o Coppead entra no guarda-chuva de uma série de outras parcerias estratégicas da Escola”, ressalta o diretor de Ensino Superior da ENS, Mario Pinto. ●

# ADESÃO À TROCA DE PEÇAS COM DEFEITO AINDA É DESAFIO NO BRASIL

*Governo Federal edita duas portarias que facilitam o intercâmbio de dados entre os órgãos e incluem na documentação dos veículos a falta de atendimento a recall.*

Recall é um recurso que tem complementado o controle de qualidade das indústrias, prevendo danos por meio da retirada de peças ou produtos defeituosos do mercado. O brasileiro, no entanto, tem atendido pouco a esses chamamentos. Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), menos da metade dos automóveis afetados por campanhas desse tipo foram consertados nos últimos anos. Para incentivar a adesão, foram introduzidas mudanças na legislação a fim de melhorar o sistema de notificação.

Para a consultora e especialista em Psicologia Econômica Vera Rita de Mello Ferreira, há uma tendência de as pessoas adiarem a solução dos problemas, amparadas na “crença infundada na capacidade futura”. “As pessoas até reconhecem que é importante fazer a substituição, mas logo pensam nas urgências que precisam atender e acabam deixando de lado o chamado de recall. Por isso, é importante que as campanhas imponham prazos”, defende Vera.



## TEORIA DA PERSPECTIVA

Outro fator psicológico que influencia é a dificuldade humana de avaliar os riscos.



*“As pessoas até reconhecem que é importante fazer a substituição, mas logo pensam nas urgências que precisam atender e acabam deixando de lado o chamado de recall.”*

Vera Mello Ferreira / Psicóloga

têm dificuldade para identificar riscos, muitas decisões são mais fundamentadas em fatores emocionais do que racionais. Além disso, o ser humano tende a valorizar mais os ganhos imediatos do que os eventuais danos futuros.

Otimista, o consumidor acredita que aquele defeito não vai lhe afetar e que não vale a pena o esforço da troca. Esses obstáculos psicológicos seriam atenuados se as empresas facilitassem o processo. “Muitas vezes as empresas divulgam telefone errado ou que só dá ocupado, ou a pessoa é direcionada a um local e depois a outro, o que dificulta o processo, irrita o consumidor e reforça sua tendência à inércia”, afirma Vera.

Levantamento da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do MJSP, mostra que, das 701 campanhas realizadas no País entre 2014 e 2018, em 189 os níveis de atendimento ficaram abaixo de 10%. Em 103, os proprietários fizeram a substituição entre 10% a 40%. O índice variou entre 40% e 80% de sucesso em 207 recalls. Mas somente 202 obtiveram atendimento acima de 80%.

O estudo mostra predominância de recalls por parte de indústria automobilística. No período de 5 anos, 73,75% dos casos foram de automóveis, 10,27% de motocicletas e 2,28% de caminhões. Só 48,23% dos 9,5 milhões de veículos afetados tiveram a troca realizada. Por

A característica que afeta a tomada de decisões em diversas áreas foi estudada pelo psicólogo israelense Daniel Kahneman, cuja teoria da perspectiva lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia em 2002. Segundo ele, como as pessoas



*“A decisão dos ministérios fortalece não somente a Política Nacional de Defesa do Consumidor, mas também protege a vida e a saúde dos cidadãos brasileiros.”*

Sergio Moro / Ministro MJSP



*“Os seguros podem ser tão sofisticados ao ponto de incluir despesas com estratégias de marketing e o lançamento de uma marca paralela no lugar da que está em crise.”*

Marcio Guerrero / FenSeg

outro lado, vem se diversificando a iniciativa do setor produtivo de retirar peças ou produtos do mercado. Os alimentos, por exemplo, responderam por 1,99% das campanhas (14 casos), enquanto os remédios foram responsáveis por 1,14% (8 casos).



### SERVIÇO DE NOTIFICAÇÃO

No início de julho, o MJSP baixou duas portarias para aumentar os índices de atendimentos aos recalls. Uma delas, em conjunto com o Ministério da Infraestrutura, disciplina os procedimentos do Denatran. Ela cria o Serviço Nacional de Notificação de Recall de Veículo, que reunirá informações sobre as campanhas e possibilitará uma notificação mais eficaz aos proprietários, por meio do uso das diferentes bases de dados do Governo, permitindo o contato por e-mail ou Correios.

“Estamos atualizando a portaria no que se refere à segurança do consumidor, e um ponto central é a questão do recall. O setor de automóveis, por exemplo, nos últimos 5 anos, só teve 40% de atendimentos. Isso é muito grave. A decisão dos ministérios fortalece não somente a Política Nacional de Defesa do Consumidor, mas também protege a vida e a saúde dos cidadãos brasileiros”, destacou o ministro Sergio Moro.

A medida também facilita a identificação do

atual dono, em caso de venda do veículo, e registra o não atendimento ao recall depois de um ano de chamamento. A inadimplência passa a constar do Certificado de Registro e Licenciamento do Véículo (CRLV) e pode servir de alerta para compradores de usados que não desejam adquirir um produto que lhe tragam risco. A divulgação do recall no site da empresa precisa ser bem visível e durar pelo menos 10 anos.

Nicolas Eric Matoso Medeiros de Souza, coordenador de Consumo, Seguro e Saúde do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Senacon, informa que os índices de atendimento devem aumentar com as medidas e com iniciativas das próprias empresas. “O baixo índice de adesão pode ser atribuído ao desconhecimento da campanha e do próprio instituto do recall. Essa problemática não é exclusiva do Brasil e atinge diversos países”, informa.

Segundo ele, há uma tendência de diversificação dos setores em que ocorrem recalls. Um exemplo é o da área médica. Nos Estados Unidos, o fabricante de implantes de silicone Allergan anunciou o recolhimento de todas as próteses no mercado mundial do tipo Biocell. A decisão também afeta o Brasil, onde os produtos devem ser recolhidos e ter sua indicação proibida, devido ao risco de câncer.

Como as despesas com recall são altas e inesperadas, uma proteção para a empresa é o seguro. Marcio Guerrero, presidente da Comissão de Responsabilidade Civil da FenSeg, informa que as apólices mais comuns de cobertura de recall atendem a despesas de mídia, armazenagem das peças ou produtos, mão de obra da troca e o produto que será trocado, além de eventuais danos a vítimas. No caso de dano por não atendimento à chamada, a seguradora fica desobrigada do pagamento dessa parte da indenização.

A modalidade mais ampla, no padrão standard one, inclui um plano mais personalizado que pode socorrer a empresa no caso de uma perda de confiança e consequente queda de vendas, possibilitando até um reposicionamento no mercado. “Os seguros podem ser tão sofisticados ao ponto de incluir despesas com estratégias de marketing e o lançamento de uma marca paralela no lugar da que está em crise”, explica Guerrero.

# INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMBASARÃO AS FUTURAS CARREIRAS NO MERCADO

*Embora ainda não saibam quais serão as profissões demandadas, as seguradoras já se preparam para reter talentos fundamentais para a evolução do setor.*

**E**las ainda não têm nomes definidos, mas já se pode prever em que áreas serão necessárias. As profissões do futuro estão no radar de especialistas de Recursos Humanos das seguradoras. O motivo é simples: serão esses profissionais que estarão na linha de frente da inovação, crescimento e sustentabilidade do setor nos próximos anos.

Especialistas em Big Data, Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial (IA), além daqueles qualificados em atendimento e experiência do cliente (não só o final, mas também colaboradores e corretores) e em riscos cibernéticos (gestão e segurança de informações e dados das empresas) já são demandados hoje e continuarão a ser no futuro. “Estatísticas mostram que há cinco anos não havia cargos que hoje existem. E essa velocidade só vai aumentar daqui para frente por conta da rapidez com que as inovações tecnológicas estão surgindo”, afirma a presidente da Comissão de Recursos Humanos da CNseg, Patrícia Coimbra.



*“Essas pessoas (profissionais autônomos) precisam de proteção e segurança, o que demandará novos produtos de seguros e pessoas qualificadas para desenvolvê-lo.”*

José Pastore / USP

As empresas de seguros podem ainda não conhecer as profissões que vão estar no topo da lista dos mais demandados no futuro, mas estão se preparando para reter os talentos que hoje são necessários para a evolução do setor. Engana-se quem pensa que a concorrência por esses profissionais acontece apenas entre seguradoras. A demanda é em nível geral de mercado.

“As seguradoras estão precisando promover mudanças para atrair esses profissionais, porque a competição é forte. É uma transformação nos dois lados. Tanto do profissional, que imerge no aprendizado de seguros, quanto das empresas, que precisam se adaptar às demandas desses novos colaboradores interessados num ambiente mais colaborativo e flexível”, explica Patrícia Coimbra, que completa: “As seguradoras precisam oferecer bons projetos, bons desafios e bons profissionais para segurar esses talentos por mais tempo na empresa”.

Entre as características que as seguradoras esperam desses novos profissionais estão a facilidade de aprender e reaprender e a capacidade

de trabalhar em equipe num ambiente diverso e focado na comunicação com o cliente. Esse perfil de colaborador associado a uma dinâmica digital é a receita para gerar bons resultados no mercado de seguros, na avaliação da presidente da Comissão de RH da CNseg.



## TEMAS TRANSVERSAIS

A opinião é compartilhada pela presidente da Comissão de Sustentabilidade e Inovação da CNseg, Fátima Lima. “O mundo se transforma, e as pessoas são a chave dessa mudança”, ressalta, acrescentando que as seguradoras estão em um momento de transformação de suas operações para que a inovação e a sustentabilidade sejam transversais a todas as áreas do negócio.

“O profissional do futuro no mercado segurador deve perceber as transformações da sociedade de maneira rápida, antecipar-se às demandas do cliente, criando produtos e soluções para diferentes perfis, e pensar em formas mais eficientes de prestação de serviço e melhoria de processos internos para dar agilidade ao negócio”, comenta.

A sustentabilidade também tem sido responsável por impulsionar o desenvolvimento de novas profissões, segundo Fátima Lima. É cada vez maior a demanda por profissionais qualificados para atuar na gestão e redução do consumo de recursos naturais; no gerenciamento de riscos emergentes; na gestão de resíduos, que podem propiciar redução de custos e inovação.

Para ela, o profissional do futuro é aquele que se adapta fácil em relação às mudanças do mercado, consegue desempenhar muitas tarefas ao mesmo tempo e entende as transformações socioeconômicas do mundo globalizado. “Ele é multidisciplinar, conectado, criativo, ágil, responsável e integra as questões socioambientais à estratégia da empresa. É movido a desafios e com pensamento inovador, para navegar cada vez mais no mundo digital e traduzir tudo isso com simplicidade”, completa.

Na avaliação do professor de Relações de Trabalho da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, José Pastore, o setor de seguros vai demandar profissionais especializados na proteção de pessoas inseridas em um



## EDUCAÇÃO

A palavra de ordem do futuro é inovação, diz o coordenador de cursos de MBA e de Pós-Graduação da Escola Nacional de Seguros (ENS), Luiz Macoto, e as profissões surgem na esteira das novas tecnologias, capazes de impactar a sociedade como um todo.



*“Os carros autônomos serão uma realidade em breve e serão necessários neste cenário os especialistas em subscrição de produtos voltados para esse tipo de tecnologia.”*

Luiz Macoto / ENS

novo jeito de se trabalhar. “Vemos o aumento de profissionais autônomos, que trabalham por projetos, são mais independentes e sem vínculo empregatício. Essas pessoas precisam de proteção e segurança, o que demandará novos produtos de seguros e pessoas qualificadas para desenvolvê-los”.

“Os carros autônomos serão uma realidade e com ela especialistas em subscrição de produtos voltados para esse tipo de tecnologia serão necessários”, exemplifica, citando também as movimentações que surgem em consequência do Big Data, IoT, IA e blockchain. “São pessoas que devem ter a capacidade de pegar dados passados, projetá-los para o futuro num ambiente que não é o atual, pois tudo está mudando muito rápido. O futuro que falamos é daqui a cinco anos”.

Macoto ressalta que a ENS tem investido no tema. A instituição lançou este ano o Programa de Transformação Digital para Corretores e fez parceria internacional para colocar em prática o curso Inovação em Seguros: A Indústria em Transição, que leva alunos para intercâmbio na Universidade Nova, em Lisboa, Portugal. Em 2020, estão previstos os mesmos programas deste ano, além de um inédito no Chile: Inovação e Transformação Digital em Seguros. ●

# O CAMINHO ATÉ A INDENIZAÇÃO PELO DESAPARECIMENTO DE ENTES QUERIDOS

*A legislação que trata do pagamento de seguro de vida de pessoa desaparecida é rígida, depende de decisão judicial e impõe um sofrimento extra às famílias das vítimas.*

**P**erder um ente querido e não ter a comprovação real de sua morte representa um drama enfrentado por pessoas que têm parentes desaparecidos e precisam empreender uma via crucis para dar continuidade à vida. No Brasil, há casos de desastres como os rompimentos de barragens da Samarco, em Mariana, e da Vale, em Brumadinho; os incêndios dos edifícios Joelma, em São Paulo, e Andorinhas, no Rio; e a queda do avião da Air France. Há ainda casos de vítimas de violência, a exemplo da modelo Eliza Samudio e do pedreiro Amarildo, cujos corpos nunca foram encontrados.

A legislação sobre o pagamento de seguro de vida de pessoa desaparecida é bastante rígida e depende de decisão judicial. Ricardo Bechara, advogado e consultor especializado em direito do seguro, explica que, à luz do direito civil, a morte pode ser classificada como real presencial (diante da presença do cadáver) e real presumida (sem a presença do corpo, porém, justificável na vara de re-

gistro público). Ambas podem ocorrer por causas naturais ou acidentais.

Os dois tipos de morte têm iguais efeitos para fins de recebimento do capital nos seguros de pessoa (vida e acidentes pessoais, de acordo com artigos 789 e seguintes do Código Civil), e, conforme seja a morte natural ou acidental, o beneficiário poderá receber o capital simples ou em dobro (vida e acidentes pessoais, se houver as duas coberturas).

Bechara diz que o seguro de pessoa não cobre a morte fictícia que é presumida por ausência ou desaparecimento do segurado. “Para fins sucessórios, há a possibilidade de abertura de um inventário provisório para que os bens do ausente não fiquem à deriva e passem para a administração dos herdeiros. Apenas decorridos 10 anos, o juiz estará autorizado a declarar a morte presumida por ausência. Mas isso é válido mais para o direito sucessório do que para o seguro de vida, embora exista decisão do STJ determinando o pagamento de seguro de vida de uma mãe desaparecida, em que foi decretada a morte presumida por ausência”, ressalta.



## MORTE PRESUMIDA

O Código Civil prevê a declaração da morte presumida sem decretação de ausência, quando esgotadas todas as buscas e averiguações. É preciso haver sentença fixando a provável data do falecimento, que terá a validade para todos os fins legais, inclusive para indenizações do seguro.

Octávio Perissé, presidente do Clube de Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ), ressalta que o prazo para pagamento não pode ultrapassar 30 dias da entrega dos documentos comprobatórios. Não havendo apólice, como no caso de Brumadinho e Mariana, deverá ocorrer uma decisão judicial determinando a indenização a ser paga às famílias das vítimas.

“A sentença no caso de morte presumida vale para o caso de não haver seguro de vida contratado pela vítima, visando à cobrança de uma indenização”, explica. Sem a senten-



**“Os acordos (de Brumadinho) por danos morais relativos a desaparecidos são feitos sem declaração judicial de morte, se a pessoa figurar na lista oficial de desaparecidos.”**

Paula Vale / DPMG

ça, o familiar do desaparecido deve entrar na Justiça para obter a declaração de morte presumida por ausência.

Segundo Bechara, a regulação de sinistros é dificultada quando não há cadáver, situação comum nas mortes em catástrofes, que demandam procedimentos mais investigativos e demorados para a obtenção do atestado de óbito.

Para a morte real em catástrofes, o processo é mais simples: basta um parente procurar a vara de registro público informando a morte, que pode ser justificada por prova testemunhal, documental ou pericial. O juiz autoriza o cartório a lavrar o óbito. “São mortes presumidas sem declaração de ausência”, resume o advogado.



### **DESAPARECIDOS EM MARIANA**

Há quase quatro anos, o rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), deixou 19 mortos. Uma das

vítimas não teve o corpo encontrado, configurando-se como desaparecido, e sua morte presumida foi reconhecida pela Justiça. A Samarco informa que os trâmites para a indenização do seguro para o núcleo familiar do empregado desaparecido seguiram as exigências legais e regras da Susep.

O rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em janeiro, em Brumadinho, deixou 248 mortos e 22 desaparecidos. A Vale informa que, diante do acordo judicial trabalhista firmado entre a empresa e o Ministério Público do Trabalho (MPT), com a participação de sindicatos e homologado nos autos da Ação Civil Pública, adota os mesmos critérios e parâmetros indenizatórios aos familiares das pessoas com óbito confirmado e àqueles cujos entes ainda não foram localizados.

A mineradora acrescenta que o pagamento da indenização individual é realizado em dez dias úteis, contados a partir da intimação da homologação do acordo ou da adesão. No caso do seguro de vida, as famílias podem procurar a Defensoria Pública para obter a certidão de óbito por morte presumida e, em seguida, procurar a agência do Bradesco em Brumadinho para solicitar o pagamento do benefício.

Paula Vale, advogada da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), que tem celebrado acordos extrajudiciais, diz que grande parte das vítimas tinha vínculo trabalhista com a Vale, e as indenizações e o pagamento de seguros foram resolvidos no acordo trabalhista coletivo do MPT. Para os que não eram funcionários, a questão foi tratada na esfera cível.

**“A sentença no caso de morte presumida vale para o caso de não haver seguro de vida contratado pela vítima, visando à cobrança de uma indenização.”**

Octávio Perissé / CVG-RJ

**“Apenas decorridos 10 anos, o juiz estará autorizado a declarar a morte presumida por ausência. Mas isso é válido mais para o direito sucessório do que para o seguro de vida.”**

Ricardo Bechara / Advogado

“Os acordos por danos morais relativos a desaparecidos são feitos sem declaração judicial de morte, se a pessoa figurar na lista oficial de desaparecidos. Vamos entrar com a ação para obtenção de morte presumida, sem declaração de ausência. Diante da extrema probabilidade da morte, a lei de registro público permite, no artigo 88, um procedimento mais célere”, esclarece a defensora. ●

# SEGUROS ESTRATÉGICOS PARA PROTEGER PEQUENOS NEGÓCIOS

*A explosão do empreendedorismo no País e do número de MEIs formalizados aumenta a importância dos produtos como garantidores da sobrevivência das atividades.*

**I**magine as muitas ameaças que rondam seus negócios, seu patrimônio pessoal, e a angústia que envolve protegê-los.

Não é fácil mesmo ter uma visão 360º sobre os riscos (pessoais e materiais) a que todos estão expostos. Mas é possível mitigá-los a partir de seguros nem sempre conhecidos pelo grande público. A Revista de Seguros consultou cinco profissionais especializados em compreender os riscos dos segurados e traz uma relação de seguros que podem ampliar a solidez dos negócios.

A boa notícia é que, para ter proteção adequada, o empreendedor não precisa desembolsar uma fortuna. Um pacote de coberturas custa menos de R\$ 700 por ano, em média, incluindo garantias contra incêndio, lucros cessantes e roubos, além de Responsabilidade Civil (RC) por eventuais danos a terceiros e seguro de vida.

Para chegar a esse valor médio, foram consideradas importâncias seguradas que variam de R\$ 10 mil (valor para a cobertura de roubos e lucros cessantes) a R\$ 175 mil (seguro de vida). Nos casos dos seguros de incêndio e de RC, os valores foram de R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, respectivamente.

Antes mesmo de calcular o preço do seguro, é importante que o empresário veja o



*“Muitas pequenas empresas não chegam ao segundo ano de vida. Fatores que contribuem para isso poderiam ser mitigados por meio do seguro, ainda não é contratado como instrumento de proteção.”*

Edmur de Almeida / Sincor-SP

seguro como ferramenta vital, que garante a sobrevivência do empreendimento. “Muitas pequenas empresas não chegam ao segundo ano de vida. Fatores que contribuem para isso

poderiam ser mitigados por meio do seguro, que ainda não é contratado como instrumento de proteção”, enfatiza o corretor Edmur de Almeida, coordenador da Comissão Técnica de Seguros de Crédito, Garantia e Fiança Locatícia do Sincor-SP.

Almeida sugere que as empresas de menor porte contratem seguros de vida e de acidentes pessoais para os colaboradores, pois muitos familiares entram na Justiça exigindo indenização complementar ao seguro de acidentes do trabalho. “A Justiça costuma dar ganho de causa ao empregado, especialmente se o óbito ocorreu durante o expediente”, observa.

Já para os bens da empresa, há coberturas para incêndio, explosão, impacto de veículos, pagamento de aluguel, raio, roubo, tumulto e vendaval. Há ainda seguros que protegem a empresa contra danos causados a terceiros. “Todo microempreendimento deveria contratar um seguro de RC”, aconselha.

Por fim, é indispensável ter um seguro que cubra as despesas inesperadas e proteja o lucro da pequena empresa, até porque os gastos não cessam quando ocorre um imprevisto. Nesses momentos, o seguro de perda de lucro garante o pagamento das despesas e o lucro líquido do microempreendedor.



## CONSULTÓRIOS

O seguro também é aliado importante dos profissionais liberais. Nos casos dos consultórios médicos, há uma gama de coberturas relevantes, como aponta corretor Daniel Borges. “Hoje, o seguro empresarial oferece coberturas modeladas para proteção de perdas financeiras e danos ao consultório”, exemplifica.

Além da cobertura básica obrigatória, há garantias adicionais, com coberturas para despesas fixas, lucro cessante e gastos com a instalação em novo local. Já a cobertura de subtração de valores, nos casos de roubos, inclui garantias para equipamentos médicos portáteis e mais de 30 serviços dentro da assistência 24 horas.

São fundamentais também as coberturas de danos morais, com o reembolso de possíveis demandas judiciais, e de negligência e imprudência do segurado e seus empregados, além do seguro de responsabilidade por danos materiais ou corporais.



## PEQUENOS NEGÓCIOS

Mesmo pequenos negócios de bairros, como barbearias e salões de beleza, recla-

mam seguros relevantes, como explica o presidente do Clube dos Corretores de Seguros do Rio de Janeiro (CCS-RJ), Fabio Izoton. “Para esse segmento, há produtos massificados do ramo empresarial com coberturas personalizadas. Os seguros de RC são ideais para proteger bens de clientes em guarda-volumes ou para a atividade do cabeleireiro.”

Ele recomenda ainda seguros de vida e de acidentes pessoais com a Cobertura de DIT (Cobertura Diária por Incapacidade Temporária), já que os profissionais dessa atividade têm a remuneração ligada à produtividade. À lista, acrescente-se ainda os seguros saúde e odonto.

Segundo a corretora Sonia Marra, diretora do CCS-RJ, é preciso estar atento aos acidentes que podem ocorrer nos estabelecimentos. “Imagine se o cliente for um cirurgião, sofrer uma queda e quebrar o punho e a mão? O seguro de RC é fundamental e deveria fazer parte do planejamento estratégico de qualquer tipo de negócio”, ressalta.

Outro risco apontado por ela é o de morte ou invalidez de funcionários. Para isso, existe o seguro empresarial, com cobertura básica contra incêndio na estrutura física ou no mobiliário, e garantias adicionais, como a de

RC por danos materiais ou corporais sofridos por terceiros dentro da empresa; RC Empregador, contra danos materiais ou corporais; e Lucros Cessantes, que cobre a perda do lucro líquido e o pagamento das despesas fixas, caso a empresa precise interromper as atividades temporariamente.



## COMÉRCIO

Pequenos comerciantes também devem recorrer ao seguro para se resguardar de perdas inesperadas. Nesse caso, o mentor do CCS de Osasco e Região, Ednir Fornazzari, recomenda o seguro de incêndio com cobertura básica. “O segurado recebe da seguradora o conteúdo de suas mercadorias evitando graves perdas”, diz ele, que indica ainda a cobertura por danos elétricos, que cobre danos a máquinas e computadores por quedas de energia, além da cobertura contra roubo.

Fornazzari cita ainda a cobertura para pagamento de aluguel, que pode realocar o comerciante em outro endereço para que recomece suas atividades. Por fim, sugere a cobertura contra danos provocados por vendaval, que cresce de importância em razão das mudanças climáticas, principalmente no verão. ●



*“Imagine se o cliente for um cirurgião, sofrer uma queda e quebrar o punho e a mão? O seguro de RC é fundamental e deveria fazer parte do planejamento estratégico de qualquer tipo de negócio.”*

Sonia Marra / CCS-RJ

# CRISE NO PAÍS VIZINHO GERA PERDA BILIONÁRIA PARA MONTADORAS BRASILEIRAS

*Segundo dados da Anfavea, no primeiro semestre deste ano, a queda nas exportações somou US\$ 3 bilhões, e a Argentina respondeu por mais de 40% dessa redução.*

A grave crise econômica na Argentina resultou em um enorme freio para a indústria automobilística brasileira. Dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia mostram que, de janeiro a junho, as vendas de automóveis de passageiros para o país vizinho, terceiro maior parceiro comercial do Brasil, caíram a menos da metade em relação a igual período de 2018: de US\$ 2,415 bilhões para US\$ 1,165 bilhão – recuo de US\$ 1,25 bilhão, ou seja, de 51,8%. Em 2018, a perda já havia sido de quase 20% em relação ao ano anterior.

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), somente no primeiro semestre deste ano as montadoras perderam mais de US\$ 3 bilhões, devido à queda das exportações de carros de passeio, veículos comerciais e máquinas agrícolas e de construção. Ou seja, a crise argentina foi responsável por mais de 41% dessa redução.

O país vizinho é hoje o destino de 60% das exportações brasileiras de automóveis. Até 2017, respondia por 70%. Por ser de longe o produto

**No primeiro trimestre deste ano, o PIB argentino recuou 5,8% em relação ao mesmo período de 2018. Foi o quarto trimestre seguido de queda nesse tipo de comparação, o que configura recessão.**

brasileiro mais vendido para a terra do Papa, com 23% de participação, os automóveis afetam drasticamente o total de exportações para lá. Naturalmente, a indústria automobilística não foi o único setor impactado por aqui. Segundo a Secex, as vendas de calçados para a Argentina retrocederam este ano, até junho, 41,8%; as de fios, cabos e condutores elétricos, 45,3%.

O tamanho da crise argentina é fácil de tra-

duzir em números. No primeiro trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 5,8% em relação ao mesmo período de 2018. Foi o quarto trimestre seguido de queda nesse tipo de comparação, o que configura recessão. Embora tenha havido alta de 10,5% no consumo das famílias, o consumo público caiu 0,2%, e as importações, 24,5%, afetando diretamente a economia brasileira.



## DADOS RECENTES

Os dados mais recentes sobre a economia argentina, relativos a maio, até sugerem algum alento: a Estimativa da Atividade Econômica Mensal (espécie de prévia do PIB local) apontou crescimento de 0,2% sobre abril e de 2,6% sobre maio do ano passado, puxada pela significativa recuperação da agricultura (49,5%). Os demais setores, porém, continuaram afundando, com quedas de 6,5% na indústria; 11,4% no comércio e 3,1% na construção civil.

O governo de Mauricio Macri, que tenta-

rá a reeleição em outubro, estima que o PIB argentino vá recuar 0,5% este ano. Já o Fundo Monetário Internacional prevê queda de 1,3%. Segundo o Banco Central daquele país, o mercado financeiro é ainda mais pessimista: calcula um recuo de 1,5%. Tudo isso em meio a uma inflação que beira os 50% ao ano, apesar dos empréstimos seguidos feitos pelo próprio FMI ao país: US\$ 47 bilhões em 2017 e mais US\$ 57 bilhões em setembro do ano passado.

O quadro da Argentina tornou-se mais incerto após o surpreendente resultado das eleições primárias de agosto, que acenou com a volta da esquerda ao poder. Os mercados reagiram mal, afetando duramente a cotação do dólar e as ações das empresas argentinas, obrigando o governo a elevar os juros. A prévia da instabilidade que deverá perdurar até outubro, quando haverá eleição presidencial no país vizinho.

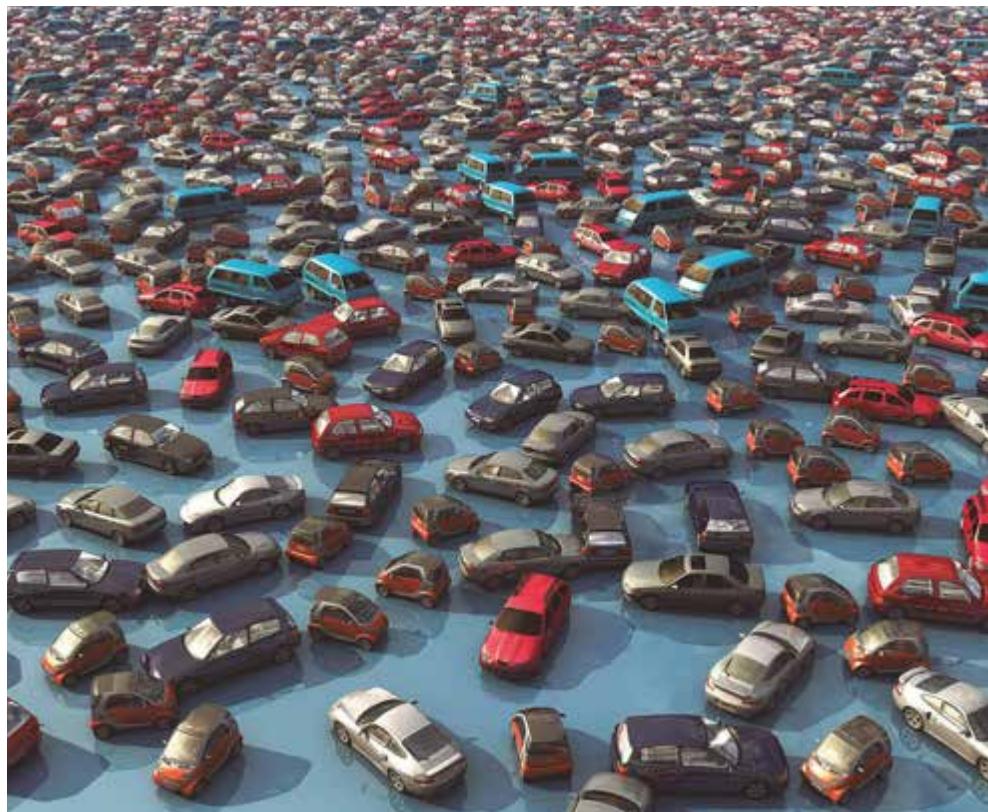
O presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, não vê motivos para otimismo no curto prazo em relação às exportações para a Argentina. “Não há perspectivas de melhoria no quadro argentino para este ano, por conta do natural clima de incertezas gerado pela eleição presidencial. Só no ano que vem poderemos avaliar as perspectivas do nosso país vizinho.”



## REDUÇÃO PREVISTA

Apesar disso e da queda de 41,5% nas exportações totais de automóveis no primeiro semestre, em razão sobretudo da recessão argentina, Moraes acredita que as perdas serão um pouco suavizadas até o final de 2019, fechando o ano com redução de 28,5%. Segundo ele, o que explica a queda maior no primeiro semestre é que a base de comparação com igual período de 2018 era maior. “A crise argentina se intensificou na metade do ano passado, por isso, as exportações no segundo semestre de 2018 foram bem piores que no primeiro”, explica.

Outro fator de alívio para as montadoras, diz o executivo, é o aumento das vendas para outros países sul-americanos. “Além disso, estamos pleiteando ao Governo Federal o aumento da alíquota do Reintegra (programa federal de incentivo às exportações que devolve parte dos tri-



*“Não há perspectivas de melhoria no quadro argentino para este ano, por conta do clima de incertezas gerado pela eleição presidencial. Só no ano que vem poderemos avaliar as perspectivas do país vizinho.”*

Luiz Carlos Moraes / Anfavea

butos sobre o bem exportado), que hoje está em apenas 0,1%, montante insuficiente para nos devolver valores gastos indevidamente com tributos embutidos nas exportações. Se formos atendidos, teremos preços melhores para os produtos exportados, o que tende a aumentar os volumes.”

Segundo Moraes, porém, o aumento das vendas para outros países não compensa totalmente a retração das exportações para a Argentina, nem mesmo o acordo anunciado recentemente entre o Mercosul e a União Europeia pode ajudar no curto prazo. “Até o acordo entrar em vigor, levará de dois a três anos e precisará ser aprovado pelas assembleias de todos os países envolvidos nos dois blocos. Então, serão 15 anos de uma gradual abertura comercial”, pondera.

Ou seja, o foco atual é melhorar a competitividade do Brasil para que, aos poucos, o País tenha mais capacidade para exportar. “Não podemos mais depender tanto apenas do mercado interno, muito menos de um único país como destino majoritário de nossas exportações, como ocorre hoje com a Argentina”, conclui o presidente da Anfavea. ●

# SEGURORURAL SEMEIA NOVAS OPORTUNIDADES PARA O MERCADO

*Mudanças climáticas e inovação tecnológica, que eleva o custo da produção, fazem aumentar procura pela proteção do seguro, cuja receita de prêmios dobrou nos últimos cinco anos.*

O seguro rural está florescendo a olhos vistos no Brasil. Adubado pelo incentivo do Plano Safras 2019/2020, que destinou R\$ 1 bilhão para o subsídio à modalidade, o segmento semeia boas notícias para as seguradoras: a arrecadação dobrou nos últimos cinco anos, passando de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 4,6 bilhões em prêmios. Em comparação com outros ramos mais tradicionais, como as apólices de vida, automóveis ou patrimoniais, a proteção para o agro-negócio cresceu 11,5% somente no ano passado.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) terá novas regras a partir de 1º de janeiro de 2020, anunciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), durante reunião do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR). A medida foi publicada no dia 13 de agosto no DO da União. Uma das mudanças em destaque prevê a elevação do percentual de subvenção ao prêmio para as culturas de inverno, como o trigo e o milho (segunda safra), cujo percentual será de 35% ou 40%, de acordo com o tipo de cobertura contratada – riscos nomeados ou multirisco.



*"Precisamos massificar a contratação do seguro rural no País, e essa medida, juntamente com a elevação do orçamento para R\$ 1 bilhão no próximo ano, será um passo importante nessa direção."*

Pedro Loyola / Mapa

Para o diretor do Departamento de Gestão de Riscos do Mapa, Pedro Loyola, as mudanças nas regras permitirão aumentar significativamente o número de apólices contratadas no Programa. “Precisamos massificar a contratação do seguro rural no País, e essa medida, juntamente com a elevação do orçamento para R\$ 1 bilhão no próximo ano, será um passo importante nessa direção”, avalia.

O PSR reduz as oscilações financeiras do produtor em caso de quebra de safra. “Em anos bons, o produtor contribui com o pagamento do prêmio, com apoio do Governo, e, em anos ruins, recebe a indenização para cobrir parte ou a totalidade de seus custos ou receitas, dependendo das condições de cobertura e modalidade de seguro rural contratada”, informa Loyola.

A expansão do setor está atrelada a mudanças no perfil do consumidor, como destaca o presidente da Comissão de Seguro Rural de FenSeg, Joaquim Neto. “No passado, os agricultores não tinham tanta percepção do risco. Hoje, com as mudanças climáticas, variações de preço e valores envolvidos na produção, o seguro ganhou importância para proteger a atividade.”



## DEMANDA DO MERCADO

O valor anunciado pelo PSR, no âmbito do Plano Safra, representa um aumento de quase três vezes o programado para o ano corrente de 2019. Na prática, isso significa um terreno fértil para atender às demandas de mercado que, nos últimos anos, nem sempre foram cumpridas.

Segundo Joaquim Neto, o segmento mais promissor é o seguro agrícola, que garante, por exemplo, a produção de grãos, hortaliças, frutas, café, cana-de-açúcar e algodão do plantio à colheita. “São mais de 70 atividades seguradas, com destaque para a soja, a mais procurada tanto por conta do avanço tecnológico do setor, que leva ao aumento nos custos de produção, quanto da crescente demanda internacional”, observa.

De modo geral, o agrobusiness é cada vez mais high-tech e para dar conta das exigências do mercado, os agricultores precisam dispor de instrumentos para investir em modernização e inovação. É por aí que brotam as oportunidades para o setor de seguros.

“O cliente de seguro rural é o agricultor, que tem se profissionalizado, investido em maquinário de última geração, adquirido



*“No passado, os agricultores não tinham tanta percepção do risco. Hoje, com as mudanças climáticas, variações de preço e valores envolvidos na produção, o seguro ganhou importância para proteger a atividade.”*

Joaquim Neto / FenSeg

sementes de maior potencial produtivo, corrigido o solo, praticado irrigação e todas as demais atividades da agricultura de precisão, ou seja, um produtor de alta tecnologia. Isso tudo independe do tamanho da fazenda, pois, como os valores envolvidos na

atividade podem ser muito elevados, os agricultores passaram a transferir seu risco para o seguro”, avalia o presidente da Comissão.

O agronegócio representa 25% do PIB nacional. Segundo a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, somente em 2018, as exportações do setor significaram um valor nominal de US\$ 101,69 bilhões, quase 6% a mais do que no ano anterior. O setor é um dos principais responsáveis pelo superávit da balança comercial. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do Agronegócio — um índice específico para avaliar a movimentação do setor — deve crescer 2% em relação ao ano passado.



## BANCO DE DADOS

Para o representante da FenSeg, o bom momento pode e deve ser aproveitado no sentido de criar melhores condições de trabalho para as próprias seguradoras. “O seguro sempre necessita de dados para realizar suas análises. Por isso, um banco de dados de perdas agrícolas é fundamental, já que permite criar novas coberturas e produtos. Além disso, é importante estabelecer uma política agrícola de Estado, que possa atender de forma permanente a esse crescimento do setor.

O incentivo oferecido pelo Plano Safra já aponta um caminho para as seguradoras cultivarem novos clientes. Afinal de contas, o subsídio de R\$ 1 bilhão é suficiente para atender a uma área protegida de quase 16 milhões de hectares, com valor contratado de R\$ 42 bilhões. E, se os produtores rurais se mostram cada vez mais ligados em tecnologia, cabe ao segurador investir em novidades que correspondam às expectativas de seus agroclientes.

Joaquim Neto observa que as novas tecnologias, como a utilização de satélites e drones, devem promover inovações importantes no Seguro Rural. O objetivo principal, acrescenta ele, é amparar um cenário de maior agilidade, simplicidade e eficiência, que são características do agronegócio brasileiro. ●

# MARCO REGULATÓRIO IMPULSIONA COMERCIALIZAÇÃO DE NOVOS TÍTULOS

*As novas modalidades criadas pelo segmento colocaram nas prateleiras títulos mais atrativos e adequados às demandas do consumidor.*

A boa performance dos primeiros meses de comercialização dos novos produtos de Capitalização – Instrumento de Garantia e Filantropia Premiável – mostra que a implementação do marco regulatório, em abril, pela Susep foi uma aposta certeira do mercado para alavancar o crescimento do setor no Brasil. O lançamento das recém-criadas modalidades colocou na prateleira mais de 400 títulos de capitalização mais atrativos e adequados às necessidades dos consumidores.

De acordo com dados divulgados pela FenaCap, as reservas técnicas (valores acumulados pelos clientes com títulos de capitalização ativos) atingiram R\$ 30,1 bilhões, nos primeiros cinco meses do ano. Um crescimento de 2,9% em relação ao mesmo período de 2018. O setor que iniciou janeiro com 10% de crescimento em relação ao ano anterior praticamente dobrou o índice em maio, quando registrou um aumento de 19% na comercialização dos planos de capitalização.



*“O consumidor está retendo reservas para o futuro, seja para uma viagem, seja para aquisição de produtos. E nós alcançamos nossa expertise que é apresentar soluções de negócios com sorteio.”*

Carlos Alberto Corrêa / FenaCap

Na avaliação do diretor-executivo da FenaCap, Carlos Alberto Corrêa, parte desse incremento nas receitas deve-se aos novos produtos de capitalização. Segundo ele, desde abril, quando o marco entrou em vigor, os títulos de Filantropia Premiável arrecadaram R\$ 173,7 milhões. No mesmo período, o Instrumento de Garantia acumulou R\$ 111 milhões em receitas. A receita global do setor avançou 11,7% de janeiro a maio, somando R\$ 9,5 bilhões.

Corrêa acredita que este é um novo momento, rumo a um ciclo de crescimento mais sustentável e duradouro. “Houve um aumento expressivo no faturamento do setor e a nossa expectativa é de aumentar ainda mais, tanto o faturamento quanto as provisões técnicas. O consumidor está retendo reservas para o futuro, seja para uma viagem, seja para aquisição de produtos. E nós alcançamos nossa expertise que é apresentar soluções de negócios com sorteio”, afirma Corrêa.



## NORMAS MAIS CLARAS

Além de abrir um amplo leque de produtos com soluções para vários perfis de clientes, a circular 569 da Susep regulamentou modalidades clássicas como os planos Tradicional, Compra Programada, Popular e de Incentivo, trazendo mais clareza e segurança jurídica para a capitalização. Com a entrada em vigor do marco regulatório, após dois anos de discussão e de adaptação às novas regras, as empresas do setor reformularam seus portfólios adaptando produtos já existentes e criando novos, que elevaram para seis o número de títulos de capitalização. Planos que já eram comercializados juntamente com outros tornaram-se independentes, trazendo facilidades e normas mais claras para o consumidor.

As possibilidades que se abrem com a regulamentação da modalidade Instrumento de Garantia, por exemplo, com extensão de seus benefícios para qualquer tipo de relação contratual, também deixaram o mercado bastante otimista. Usado para substituir o fiador nas transações de aluguel de imóveis comerciais e residenciais, o título Tradicional Instrumento de Garantia passou a ser usado como garantia de empréstimos ou de contratos de qualquer natureza. Nessa modalidade, o contratante do título de capitalização também concorre a sorteios. Já o Filantropia Premiável, oferecido anteriormente dentro da modalidade Incentivo e Popular, agora deverá impulsionar a captação de recursos para projetos filantrópicos de grande importância para a população.

Na avaliação de Carlos Alberto Corrêa, ao dar maior transparência na comercialização dos produtos, o marco regulatório foi fundamental para que o consumidor tivesse mais confiança

nos títulos de capitalização. “Muitas pessoas querem ajudar instituições, mas não sabem como ou têm desconfianças. Com a adesão de grandes empresas ao Filantropia Premiável, o consumidor está se sentindo mais seguro para adquirir os títulos”, complementa o executivo. Com a compra desse produto, o consumidor cede o direito de resgate da sua reserva para uma instituição filantrópica previamente credenciada pelas empresas de capitalização e concorre aos sorteios previstos no plano.



## FÔLEGO NOVO

Alexandre Vilardi, diretor da FenaCap, acredita que o marco regulatório dará novo fôlego ao mercado ao trazer mais transparência e credibilidade para os produtos de capitalização, na medida em que os consumidores poderão contar com normas mais claras, que facilitarão o entendimento do negócio. Na opinião do executivo, ainda é cedo para falar de números ou comparações, mas a expectativa é que as duas novas modalidades estimulem inúmeros negócios.

“A avaliação que faço é positiva. A Garantia Locatícia, por exemplo, é uma modalidade com grande potencial para os próximos anos. A penetração dos títulos de capitalização no segmento imobiliário ainda é pequena e muito disso se deve também ao desconhecimento da população sobre essa possibilidade”, avalia.

Segundo ele, a tendência é que essa nova modalidade seja uma excelente alternativa ao seguro fiança, já que a capitalização permite que o inquilino receba 100% do valor investido ao fim do prazo de locação.

Apesar de serem considerados um avanço para o amadurecimento do setor, alguns pontos

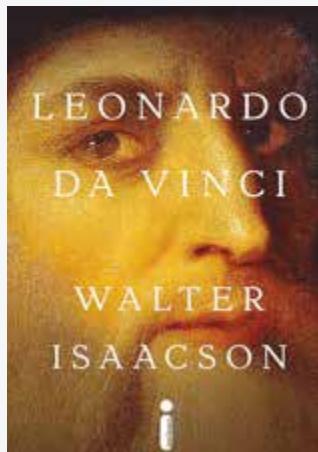


*“Acredito que (o marco regulatório) esteja em linha com os principais anseios do setor, porém, com o avanço do mercado e das novas negociações, avaliaremos as alterações necessárias.”*

Alexandre Vilardi / FenaCap

da nova regulamentação precisam ser aperfeiçoados. “Tivemos o melhor marco regulatório possível, visando inicialmente sanear os problemas. O próximo passo terá o viés da inovação com a migração para as plataformas digitais, já que as novas gerações não querem preencher formulários”, diz Corrêa.

Vilardi também reconhece que algumas mudanças poderão ser feitas visando aprimorar as normas. “O marco regulatório entrou em vigor recentemente e, como toda norma, pode evoluir ao longo do tempo. Acredito que esteja em linha com os principais anseios do setor, porém, com o avanço do mercado e das novas negociações, avaliaremos as alterações necessárias”, finalizou. ●



## LEONARDO DA VINCI

**Opinião | Edson Franco**

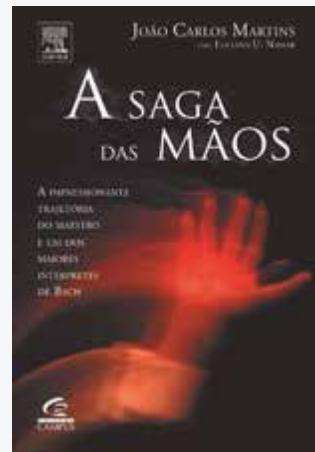
*membro do Conselho Diretor da CNseg*

Neste livro envolvente, Walter Isaacson, biógrafo de Einstein e Steve Jobs, traça um perfil monumental de Leonardo da Vinci, gênio que soube explorar como poucos os limites da arte, da engenharia, da anatomia, da ótica, da geologia e das ciências em geral, e deixou lições valiosas aplicáveis ao século XXI. Com ele, aprendemos que para ser visionário é preciso estar disposto a passar dos limites e fracassar algumas vezes (as startups estão aí para comprovar) e que é fundamental respeitar os fatos, como demonstram as melhores práticas de inovação, que valorizam a experimentação em busca de ideias que tenham valor real. Há muito a aprender com Leonardo Da Vinci – e este livro é um caminho para conhecer a fundo este homem extraordinário, mestre em combinar observação, experimentação, perfeccionismo e inovação. Tudo o que o mundo requer de nós nos dias de hoje.

### ///Sinopse

Walter Isaacson tece uma narrativa que conecta arte e ciência, revelando faces inéditas da história de Leonardo da Vinci, mostrando que a genialidade dele estava fundamentada em características bastante palpáveis, como a curiosidade, uma enorme capacidade de observação e uma imaginação tão fértil que flertava com a fantasia. Leonardo criou duas das mais famosas obras de arte de todos os tempos: A Última Ceia e Mona Lisa, mas se considerava um homem da Ciência e da Tecnologia. A habilidade para entrelaçar Humanidades e Ciência, tornada icônica com o desenho do Homem vitruviano, fez dele o gênio mais criativo da História. Filho ilegítimo, à margem da educação formal, gay, vegetariano, canhoto, distraído e, por vezes, herético, o Leonardo desenhado nessa biografia é uma pessoa real, extraordinária pela pluralidade de interesses. Um livro indispensável, que retrata a capacidade humana de inovar, a importância de não apenas assimilar conhecimento, mas ter a disposição para questioná-lo, ser imaginativo e, como vários desajustados e rebeldes de todas as eras, pensar diferente.

**Autor:** Walter Isaacson  
**Editora:** Intrínseca  
**Ano:** 2017



## A SAGA DAS MÃOS

**Opinião | Paulo Annes**

*diretor de Administração, Finanças e Controle da CNseg*

Quando me solicitam a indicação de um livro, procuro entender as preferências do meu interlocutor para tentar atender a suas expectativas. Todavia, quando me vi tendo que recomendar um livro para o público em geral, em que as necessidades e gostos são os mais diversos possíveis, resolvi indicar o livro sobre o pianista e maestro João Carlos Martins, não por ser uma biografia, estilo que alguns adoram, mas por ser uma forma de homenagear um expoente da música clássica no ano em que anunciou sua aposentadoria dos palcos. Os autores do livro, que já tem mais de uma década desde que foi lançado, são o próprio João Carlos Martins e Luciano Ubirajara Nassar que procuraram mostrar a trajetória de um dos principais intérpretes de Bach como pianista de reconhecimento mundial a maestro, durante os seus 60 anos de carreira.

### ///Sinopse

“A saga das mãos” conta a história do pianista e depois maestro João Carlos Martins, um homem apaixonado pela música – em especial a de Bach. Para além da narrativa histórica, o livro pode ser visto pela ótica corporativa de gestão de carreira. Reforçando o que já havia dito Thomas Edison, o sucesso é constituído por 10% de inspiração e 90% de transpiração, Martins treinava no teclado 20 horas por dia todos os dias da semana, o que o levou à perfeição e ao reconhecimento mundial como pianista, mas acarretou problemas graves em suas mãos.

Ao se defrontar com o fim de uma carreira brilhante, após uma série de tratamentos médicos dolorosos em suas mãos, ele demonstra capacidade de superação, torna-se maestro e rege as principais orquestras de câmaras do mundo. Para tal, memorizou as partituras para que a dificuldade de virar suas páginas não interrompesse a execução da música. Não bastasse, em 2006, fundou a Orquestra Bachiana Jovem, com o objetivo de desenvolver a evolução musical de jovens musicistas e, ao mesmo tempo, democratizar o acesso à música clássica para comunidades carentes.

**Autor:** João Carlos Martins e Luciano U. Nassar  
**Editora:** Campus  
**Ano:** 2007



# Seu projeto merece um Prêmio!

O **Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros**, além de contribuir para o desenvolvimento do setor de seguros brasileiro – ao reconhecer as melhores práticas em produtos, serviços, comunicação, processos e tecnologias –, é um momento único na carreira profissional dos participantes vencedores. Venha escrever seu nome nessa história!

Inscreva o seu projeto, gratuitamente: [premioseguro.com.br](http://premioseguro.com.br)

siga-nos



# A JORNADA DA TRANSFORMAÇÃO NO SETOR DE SEGUROS



Você não pode perder a chance de conhecer de perto as soluções inovadoras que estão mudando o cenário dos negócios.

Nos dias **6 e 7** de novembro, no Transamerica Expo Center - SP, acontece a **13ª edição do Insurance Service Meeting**, o maior e mais esperado evento de inovação do mercado de seguros.

Uma oportunidade única para você conferir por que a Inteligência Artificial, Blockchain, IOT, BIG DATA entre outras tecnologias estão criando oportunidades sem precedentes no ciclo histórico do setor.

OPÇÕES	ASSOCIADOS, MERCADO SEGURADOR E PATROCINADORES		DEMAIS EMPRESAS
	2º Lote até 20/09	3º Lote até 01/11	
1 DIA DE EVENTO	R\$ 1.000,00	R\$ 1.150,00	R\$ 3.000,00
2 DIAS DE EVENTO	R\$ 1.800,00	R\$ 2.100,00	R\$ 5.000,00



O seu ingresso também vale para o **4º Encontro de Inteligência de Mercado**, evento simultâneo que reúne os principais profissionais do setor para debater sobre as tendências do mercado segurador para os próximos anos.

**VAGAS LIMITADAS!**

**NÃO PERCA TEMPO E GARANTA AGORA O SEU INGRESSO**  
[eventos.cnseg.org.br](http://eventos.cnseg.org.br)

**CNseg**  
 Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização